PROGRAMA
DE GOVERNO
DO PARTIDO
DOS
TRABALHADORES
DE
ARAUCÁRIA.

ARAUCÁRIA - 2020

APRESENTAÇÃO

O Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar

O município é o lugar onde vivem as pessoas: ricos e pobres; mulheres e homens; crianças; jovens; adultos; idosos. Pessoas de diferentes etnias e pessoas com deficiências. Onde se estabelece a relação com a terra, com o ambiente natural, com o território, com o espaço e o tempo. No município, se estabelecem as relações de produção e trabalho, as relações sociais a partir das quais se vivencia a solidariedade, os conflitos e os processos ideológicos que os ocultam, onde se produz e vivem diferentes formas de violência. No município, as pessoas habitam e se deslocam por meio de transportes terrestres ou fluviais. Nos municípios, as pessoas constroem valores e representações, conhecimento, tecnologia, cultura material e simbólica. Nos municípios, as pessoas se comunicam e experimentam a influência da mídia e dos processos de controle e dominação ideológica. As lutas dos trabalhadores por justiça social e pela transformação do País também acontecem nos municípios. Nas tramas da floresta e do cotidiano urbano ou rural dos municípios, se concretizaram as complexas relações sociais resultantes das contradições do capitalismo brasileiro: concentração da riqueza e da renda, profundas desigualdades sociais, culturais e regionais, de gênero, étnicas e processos de discriminação de todas as ordens, além das históricas contradições de nossa República Federativa onde o patrimonialismo, o fisiologismo e o clientelismo desenharam as relações entre poder central e
local .O município é um espaço de resistência, conquistas, disputa de interesses e organização de movimentos comunitários, culturais etc. Identificar a complexidade das relações e das diferentes dimensões da vida no município constituiu-se em desafio para as várias gerações de governos petistas, após a ditadura militar. Diferentemente de outros governos, os governos petistas, em
diferentes momentos, não se ocuparam apenas das responsabilidades constitucionalmente fixadas para os municípios na condição de entes federados.

Os governos petistas se ocuparam de pensar as cidades, compreendendo-as como o lócus da vida social. O PT colocou atenção e diligenciou esforços junto aos governos estaduais e federal para a solução integrada de problemas. Nas regiões metropolitanas, o PT impulsionou experiências voltadas à ação articulada entre cidades para o desenvolvimento econômico, o saneamento, o transporte e circulação, a educação, a saúde, entre outras questões. As contradições estruturais e políticas que se revelaram nas experiências de governo fizeram com que o PT também buscasse tornar explícitas para a população as limitações e conflitos existentes nos municípios. Tais conflitos se estabeleceram muitas vezes por força de políticas estaduais e federais conservadoras, expressando os diferentes interesses em disputa nos municípios. A partir das experiências de governo, da reflexão e elaboração no âmbito do partido, progressivamente, prefeituras petistas buscaram impulsionar políticas integradas de desenvolvimento regional em diferentes pontos do país. Assim, tendo como referência as diretrizes partidárias do projeto democrático popular para o Brasil, inserido na perspectiva estratégica de construção do socialismo democrático; os governos petistas empenharam-se em ampliar a cidadania: fazendo cumprir responsabilidades, garantindo direitos, ampliando direitos (entre os quais o direito à própria cidade), ampliando a consciência social sobre eles (como parte da luta pela construção de outra

hegemonia no país), e impulsionando a auto-organização e a participação política da sociedade, especialmente dos trabalhadores e trabalhadoras e de setores excluídos, o que foi sendo definido como participação cidadã.

Diretrizes e eixos conceituais comuns do Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar.

Os governos democrático-populares liderados pelo PT nos municípios formularam políticas locais transformadoras que consubstanciaram o chamado Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar. O município constitui-se, potencialmente, no mais importante espaço de democratização da ação pública. E também de construção da cidadania, considerando-se esta como um forte espaço de inclusão social e superação de desigualdades de toda ordem, sejam econômicas, sociais, culturais, de gênero, raça, orientação sexual ou religiosa. É com esse olhar que se torna fundamental trabalhar o planejamento da cidade, da sua construção e afirmação. A identidade cidadã, para configurar-se, pressupõe que haja um profundo processo de diálogo entre a administração pública e quem vive a cidade no dia a dia, em cada uma de suas especificidades. A participação popular e cidadã pressupõe existência de canais formais e institucionais para este fim, bem como para o diálogo cotidiano com as várias necessidades de construção da cidade. As administrações públicas tradicionais têm se pautado, na maioria das vezes, por ações espetaculares, de grande visibilidade, buscando apenas impacto junto à opinião pública, no sentido de consolidar apoios pessoais e eleitorais futuros. O Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação e nas suas primeiras investidas na administração pública, tem buscado inverter essa lógica, pautando-se pela concretização de políticas setoriais e gerais, geradoras de cidadania, desde a busca do combate à miséria e à exclusão social até a criação de processos crescentes de participação cidadã e de novos procedimentos de gestão. O PT vem construindo uma lógica de governo que supera as ações espetaculares, que não se restringe aos limites de cada mandato em particular, à sedimentação de políticas cuja maturação vai além de quatro anos, criando pontos que impeçam retrocessos nessas políticas e visando a busca de novos patamares de serviços públicos e de gestão, bem como o fortalecimento das comunidades.

Isso exige uma cultura de planejamento, articulação de políticas, eficiência e racionalidade da máquina pública e controle social de governo, com transparência e eficácia capazes de promover e garantir o desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico de todos os cidadãos e cidadãs. É importante que essa agenda seja identificada, nas ações do executivo e do legislativo, como Agenda do PT.

I.Saúde é um Direito Fundamental do Ser Humano que se confunde mesmo com o próprio Direito à Vida.

Todas as políticas e ações do nosso governo terão inter-relação e interdependência com as políticas e ações de saúde. Tampouco pensamos as políticas de saúde apenas olhando para a assistência médica e a prevenção à doença

Vemos o estado de saúde da população como produto do conjunto das políticas sociais que compreendem a educação, habitação, emprego, saneamento, lazer, segurança, transporte e alimentação. Saúde deve ser compreendida como resultado das determinações sociais originadas nas formas de organização social da produção que podem gerar desigualdades nas condições de vida.

Portanto as nossas ações de governo serão direcionadas primordialmente para a satisfação das necessidades da população do nosso município objetivando a garantia do Direito à Vida e – por consequência – do Direito à Saúde.
Entendemos que a saúde é um direito do povo e uma obrigação do Estado.

II. CONJUNTURA DA SAÚDE NO PAÍS E O SUS
O Brasil vive mais um momento ímpar de sua história.
1. A conjuntura em que ocorrem as eleições de 2020 é dominada pela pandemia que adquiriu contornos mundiais em sua expansão e letalidade. O alto nível de propagação, a ausência de tratamento, seja a vacina que previne, sejam remédios eficazes que a curem a colocam no centro das preocupações. No Brasil, soma-se a isso a irresponsabilidade do governo Bolsonaro, a fragilização do – SUS – sistema público de saúde, agravado pelo –Emenda Constitucional 95 – que levou ao seu desfinanciamento e a brutal desigualdade social que nos conduz ao topo do genocídio no planeta.
2. Soma-se também o desrespeito à ciência, à competência técnica, à capacidade gestora e irresponsabilidade política do presidente e dos gestores do Ministério da Saúde (MS), a ausência de
um plano e um sistema articulado de estratégias para o controle da epidemia; ausência de uma autoridade sanitária democrática nacional com um fórum permanente dotado de legitimidade política e capacidade de coordenação.
Essa situação colocou o Brasil entre os países que apresentam os piores cenários de disseminação do novo Coronavírus no mundo, pois no dia 30 de julho de 2020 foram notificados 2.667.939 casos de COVID-19 no Brasil e 92.392 óbitos, no Paraná, 72.696 casos e 1.839 mortes.
3. Apesar dos esforços de alguns governadores – exemplo: o Consórcio de governadores do Nordeste – e prefeitos, o país e o Paraná, vivem hoje uma catástrofe sanitária, que se soma a grave crise econômica, social e política. Há governadores, principalmente os do Nordeste que enfrentam a
hostilidade e o agressivo boicote do governo federal, limitando o seu potencial de atuação, por falta de verbas, de instrumentos e insumos básicos fundamentais.
4. O modelo econômico praticado, somado à falta de planejamento social e sanitário para enfrentar a pandemia escancarou a desigualdade social que existe no Brasil. Este encontro – modelo econômico e pandemia – se expressa no elevado número de infectados e de mortes: um verdadeiro genocídio.
5. O MS deixou de ser um órgão administrativo, coordenador, técnico e
científico para tornar-se um braço ideológico de Bolsonaro, onde a ciência é negada e o conhecimento desprezado.
6. A destruição do MS vem desde o governo Michel Temer, como por exemplo, o programa Mais Médicos. Já no governo Bolsonaro, tendo a frente do
Ministério, Luiz Henrique Mandetta, aprofundou-se a destruição. A política de Atenção Básica a Saúde e as Equipes de Médicos/as da Família foram
reduzidas drasticamente com alterações na forma de financiamento que exclui grande parte da população do município, o que afeta diretamente os municípios, já que a atenção básica é executada nesta esfera governamental.
7. No início da pandemia, em menos de 30 dias, foram trocados 3 Ministros da Saúde e com o atual, General Eduardo Pazuello, os cargos técnicos foram substituídos por

militares que desconhecem o setor e a função técnica a desempenhar, levando ao cometimento de irresponsabilidades como
estabelecer protocolos de tratamento não recomendados por especialistas, tentar manipular a divulgação dos números de acometidos de covid-19 e de óbitos.
8. Não é só a questão da pandemia, há outros setores do MS que estão sendo negligenciados, como por exemplo, a coordenação nacional do câncer, a política nacional do HIV, do sangue e hemoderivados, a saúde da trabalhadora e do trabalhador, a saúde da mulher e as vacinas que dependem da ação do Ministério da Saúde.
9. Os militares estão destruindo tudo o que foi construído no SUS nos últimos 30 anos. Modificam estruturas montadas desde o início da construção do SUS, como a coordenação de programas técnicos, mudanças na estrutura da secretaria executiva do Ministério da Saúde – área que faz o planejamento orçamentário e que coordenada o repasse de recursos para Estados e municípios por meio do Fundo Nacional de Saúde.
10. Não estamos em situação pior porque temos o SUS. A estrutura de vigilância epidemiológica e de atenção primária à saúde, mesmo com todo o ataque que sofre, cobre 75% da população brasileira.
11. A pandemia escancarou as desigualdades sociais: população sem água, sem moradias, desempregada e/ou com renda insuficiente, ou seja, população sem nenhuma política de proteção social, fez dela a maior vítima.
12. A concepção da sociedade sobre a Pandemia reflete a divisão ideológica que já existia, de um lado, os grupos negacionistas, anti ciência, fascistas liderados pelo presidente da república e seus filhos e de outro, os cidadãos capazes de avaliar os acontecimentos e reconhecer a gravidade da situação e
quais as instituições que a estão enfrentando. Neste sentido a Pandemia trouxe o reconhecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), que ao longo de sua construção foi ignorado por uma grande parcela da população. A pandemia levou a população a perceber a existência, a importância do SUS e o
reconhecimento pela população acerca do papel fundamental das/ES
trabalhadoras/es da saúde, notadamente da enfermagem, cujas condições de salário e de trabalho expuseram o descaso com que estas/es profissionais são tratados pelos serviços. Durante o avanço da pandemia também foi possível à população revalorizar o papel da ciência e da pesquisa, das universidades públicas, das instituições de ponta na produção de ciência.
13. Outra percepção da sociedade é a importância da informação correta e da transparência. Com grande número de pessoas infectadas e com o aumento da necessidade de leitos hospitalares, a população sentiu e sente a necessidade da transparência: números de leitos disponíveis da rede própria, privados e filantrópicos, investimentos em saúde, capacidade técnica e de recursos
Humanos para o atendimento, etc..
14. Pela grande quantidade de pessoas sem diagnóstico precoce da covid-19 e sem nenhum tipo de atenção à saúde fica evidente a necessidade da Atenção Básica, ou seja, a atuação de Equipes básicas e de Saúde da Família que poderiam estar acompanhando os casos sintomáticos não agravados, identificando contactantes de pessoas contaminadas para orientar o seu
isolamento, diminuindo, dessa forma a propagação da doença. Igualmente, poderiam estar garantindo o atendimento regular das Unidades de Saúde pois as pessoas continuam precisando fazer acompanhamento de suas morbidades crônicas,

acompanhamento de gestantes e lactentes, vacinação, cuja taxa de cobertura caiu significativamente a ponto de podermos vir a ter surtos de
doenças que estavam sob controle.
15. A pandemia mostrou a importância de um Estado – forte – capaz de responder as necessidades econômico-sociais da população. A ausência de políticas econômicas efetivas para a manutenção da população em casa com condições para a manutenção da sobrevivência impõe a saída das pessoas em busca do sustento e consequentemente aumenta o número de casos e de mortes. Além disto ter políticas econômicas voltadas para micros, pequenas e médias empresas, teria como consequência a manutenção de postos de trabalho ativos, políticas voltadas a extensão de redes comunitárias de internet para viabilizar o ensino à distância para nossas crianças e adolescentes, entre tantas outras medidas mitigadoras.
Participação Popular:_a sociedade deve participar no dia-a-dia do sistema. Para isto, foram criados os Conselhos e as Conferências de Saúde, que visam formular estratégias, controlar e avaliar a execução da política de saúde, a gestão deve respeitar a autonomia dos conselhos de saúde.
A pressão exercida pela população para ter o atendimento às suas necessidades de saúde se dá sobre o gestor municipal, pois é onde o cidadão vive. O Estado e a União são, de certa forma, instâncias distantes, difícil de alcançar. Isso tem levado muitos municípios a não só ampliar os gastos com o SUS, como, muitas vezes, acabam por assumir responsabilidades que não são do nível municipal ou, pelomenos, não exclusivamente desta instância
governamental. É comum municípios manterem contratos com a Rede Hospitalar privada para garantir atendimento à sua população, o que significa
atendimento por fora do sistema. Isto onera ainda mais os municípios e não deixa de ser uma forma de
burlar o sistema pactuado com a União e com o Estado como consequência da resposta lenta destes
níveis de governo no atendimento à população.
A atenção básica, cujas unidades de saúde são os equipamentos que chegam mais próximo da população, carece de maior universalidade, exigindo ainda a ampliação da cobertura populacional,
bem como, ampliação da capacidade resolutiva da atenção prestada. A atenção básica é capaz de resolver cerca de 80% dos problemas de saúde da população. Para tal, é necessário contar com retaguarda técnica e de estrutura que potencialize a capacidade instalada. Dessa forma, os serviços mais complexos estariam menos sobrecarregados, como também, os serviços de transporte de emergência e Inter hospitalar. Além de financiamento adequado, um forte trabalho de capacitação das equipes municipais na área de gestão e na assistência propriamente dita faria grande diferença, onde a SESA poderia prestar um bom serviço

FAZER LEVANTAMENTO GERAL NO MUNICÍPIO .
• crescimento populacional, sexo, idade e cor, distribuição espacial da população, áreas de sub habitação;
• renda da população, emprego/desemprego, principais atividades econômicas e atividades econômicas geradoras de poluição e problemas de saúde (uso de agrotóxicos, contato com substâncias prejudiciais, etc..);

• qual é o gasto em saúde em relação ao orçamento próprio do município;
• quais os recursos transferidos pela União e Estado;
• quais os serviços disponíveis e como estão distribuídos no território;
• horário de funcionamento dos serviços e respectiva produção (atendimentos, número de pessoas cadastradas, fluxos, acesso aos serviços, eventuais restrições de acesso, vinculo dos profissionais com a população, número de gestantes realizando pré natal, número de consultas por gestante.
• programas em funcionamento;
• número de profissionais por categoria e vínculo de trabalho;
• como se dá a participação social – Conselho Municipal de Saúde, comissões, grupos, rodas de conversa, entre outras formas de participação
• onde realiza os atendimentos de maior complexidade,
• tempo de espera para consultas, exames, internamentos, terapias,
• como se dá o atendimento às emergências,
• qual é o panorama da violência doméstica e sexual contra mulheres, idosos, crianças e adolescentes e políticas existentes para atendimento nesta área;
• como se dá o atendimento em odontologia,
• como se dá o atendimento em saúde mental, incluindo a atenção e prevenção ao uso de drogas,
i• identificar a partir da análise dos dados acima, quais são os problemas a serem enfrentados e quais são os prioritários.
• deve-se observar também como é o relacionamento com as demais áreas que fazem interface com a saúde como, saneamento, educação, cultura e assistência social

• Gestão Participativa e Solidária da Saúde

O objetivo é transformar nosso município em um "Território Saudável". Para atingir este objetivo é necessária a mobilização da sociedade no sentido de assumir e apoderar-se das questões relacionadas diretamente com a sua saúde e a própria qualidade de vida. Assim, o eixo principal de nosso Programa de Governo será dado pela Gestão Participativa e Solidária.

A gestão e a condução do SUS serão democráticas, não só no sentido de prestar contas e respeitar o Conselho Municipal de Saúde, mas sim implementar as deliberações dos Conselhos de Saúde (Conselho Municipal e Conselhos Locais).

As Conferências serão democráticas e organizadas de tal maneira que todo e qualquer segmento da população terá voz e vez e suas deliberações serão respeitadas e cumpridas.

• Construção da Cidadania

A construção da cidadania passa por vários eixos, mas na área de saúde basicamente por dois: uma efetiva democratização da gestão e uma efetiva e universal atenção à saúde.

Nosso governo através da Gestão Participativa planejará as ações de saúde e colocará todos os serviços a disposição da Comunidade.

Todo o equipamento deverá ser revertido para a sua vocação primeira, que é a INCLUSÃO SOCIAL, tendo como objetivo final um pacto em favor da vida e a construção da cidadania.

• Transetorialidade e Tranversalidade

As rígidas estruturas estáticas e verticais que vigoram hoje serão dinamizadas. Daremos voz a todos os atores envolvidos nos processos sociais. Desta forma, servidores das diferentes áreas e cidadãos assumem o compromisso pela mudança e pela reversão dos fatores determinantes dos problemas.

A articulação das políticas públicas será transversal buscando a solução conjunta dos desafios colocados. A busca para a solução de problemas da saúde e os demais desafios colocados para a administração serão feitos através de ações transversais, como por exemplo: moradia; trabalho e renda; educação; lazer e esporte e cultura.

• **Universalidade com Qualidade**

Outro eixo prioritário do nosso governo será garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada no município, com ênfase (aqui dou exemplos) – para isso é necessário uma forte articulação com os demais municípios da Região e com a esfera estadual, uma vez que a atenção à saúde tem que ser compartilhada principalmente considerando as responsabilidades que cabem à União e ao Estado.

• **O que é Atenção Básica em saúde?**

A Política Nacional da Atenção Básica (PNAB) – Portaria GM/MS nº 648, de 28/3/06 (BRASIL, 2006b) – define a Atenção Básica (AB) como um conjunto de ações que engloba promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, bem como a redução de danos ou de sofrimento que possam comprometer as possibilidades de viver de modo saudável. Desenvolve-se por meio de práticas gerenciais e sanitárias, democráticas e participativas, sob a forma de trabalho em equipe, dirigida à população de territórios delimitados, pelas quais a equipe assume responsabilidades sanitárias.

• **Por que a Atenção Básica é prioridade?**

Quando a Atenção Básica funciona adequadamente, a população consegue resolver com qualidade a maioria dos seus problemas de saúde. No SUS, todos os níveis de atenção são igualmente importantes, mas a prática comprova que a Atenção Básica deve ser sempre prioritária, porque possibilita melhor organização e funcionamento de todo o sistema, inclusive dos serviços de média e alta complexidade. Se bem estruturada reduzirá as filas nos prontos-socorros e hospitais, o consumo abusivo demedicamentos e o uso indiscriminado de equipamentos de alta tecnologia.

• **Saúde da Família como estratégia para organização da Atenção Básica**

A Saúde da Família e a estratégia para organização/reorganização da Atenção Básica à saúde.

A atenção à saúde é realizada por uma equipe composta por profissionais de diferentes categorias (multidisciplinar) trabalhando de forma articulada e interdisciplinar. Cada equipe é formada, minimamente, por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e um número variável de Agentes Comunitários de Saúde. Quando ampliada, a essa equipe são incorporados profissionais de odontologia: cirurgião-dentista, auxiliar de consultório dentário e/ou técnico em higiene dental.

• **Defesa e Fortalecimento do SUS.** Todos os brasileiros, como também os estrangeiros que aqui vivem – ou vem nos visitar – são usuários do SUS, mesmo que nunca tenham entrado numa unidade pública de saúde.

O SUS, além da assistência à saúde, atua na vigilância epidemiológica, que é responsável pelo controle da propagação de doenças transmissíveis, pelo fornecimento e logística da distribuição das vacinas. Igualmente, é responsável pela Vigilância Sanitária que

engloba uma gama enorme de atividades, tais como: certificação e liberação de medicamentos; alvarás de funcionamento de
serviços de saúde públicos e privados; normas para a produção, uso e circulação de produtos que apresentam algum tipo de risco para a saúde das pessoas; controle dos riscos ambientais em relação à água (consumo e mananciais hídricos), esgoto, lixo (doméstico, industrial, hospitalar), vetores e
transmissores de doenças (mosquitos, barbeiro, animais), poluição do ar, do solo e de recursos hídricos, transporte de produtos perigosos, etc.; normas e controle dos riscos ocupacionais: processo de produção, substâncias, intensidades, carga horária, ritmo e ambiente de trabalho riscos iatrogênicos medicamentos, infecção hospitalar, sangue e hemoderivados, radiações ionizantes, tecnologias médico-sanitárias, procedimentos e serviços de saúde; definição de normas de funcionamento para creches, escolas, clubes, hotéis, motéis, portos, aeroportos, fronteiras, estações ferroviárias e rodoviárias, salão de beleza, saunas, etc..

2. Ações e programas prioritários

Considerando o arcabouço legal do SUS, seus princípios, objetivos e diretrizes, as responsabilidades e atribuições da esfera municipal, bem como, a partir da análise dos indicadores sociais, demográficos e de saúde e das condições de funcionamento do SUS no Município, devem ser definidas as fragilidades a serem enfrentadas na área da saúde pública.

As estratégias e as ações/programas/projetos a serem propostos considerando este diagnóstico constitui o plano de governo na área da saúde defendido pelo partido no processo eleitoral, e em toda a ação política dos candidatos e lideranças partidárias.

É muito importante ter propostas para algumas áreas cruciais para a atenção em saúde pública e a grupos populacionais, dada a vulnerabilidade que apresentam, destacando-se:

• Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança – considerando os ciclos de vida e suas necessidades específicas, não apenas biológicas como também sociais. Neste sentido, inclui-se, atenção aos direitos sexuais e reprodutivos que inclui gestação, parto e puerpério; à adolescência e à menopausa, à violência doméstica/familiar e sexual que vitima mulheres, crianças e adolescentes;

• Estruturar a rede de urgência e emergência, articulada com a atenção básica e hospitalar,
estabelecendo mecanismos de referência e contrarreferência entre as redes de forma que as unidades de emergência não se transformem no principal ponto de atenção;

• Fortalecer a rede de saúde mental incluindo a atenção à dependência ao álcool, ao Crack e outras drogas, envolvendo outras instâncias do poder público e a comunidade. Estabelecer formas de atuação em saúde mental na atenção primária;

• Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção;

• Agregar as Práticas Integrativas e Complementares – PICS na atenção à saúde e na prevenção, como as atividades físicas, fisioterapia, acupuntura, Terapia Comunitária Sistêmica, entre outras;

• Fortalecer a RENAST integrando o município nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST, com efetiva participação do controle social;

• Estruturar e qualificar a gestão d o Trabalho e da Educação no SUS com contratação por concurso público, educação permanente em saúde, plano de cargos, carreira e vencimento.

3. Sugestões de estratégias, ações, metodologias

• Implantar mecanismos de acesso aos serviços de saúde que evitem filas, esperas, deslocamentos à população, principalmente utilizando as tecnologias de comunicação de baixo custo e conhecidas pela população como: marcação de consulta e exames por telefone, uso de aplicativos para comunicação com o serviço e/ou diretamente com a equipe de saúde para sanar dúvidas, receber
orientações, avisos, para monitoramento de pacientes. Verificar na prática cotidiana das equipes, o excesso de restrições, normas e procedimentos que podem facilitar o trabalho da equipe, mas que significam barreira de acesso à população.

• Implantar mecanismos de fortalecimento das equipes básicas via atendimento remoto com especialistas para orientar diagnósticos e tratamentos, sanar dúvidas, evitando encaminhamentos precoces a serviços de maior complexidade;

• Fortalecer equipes dos Núcleos de Apoio à Atenção Primária com especialidades como nutrição, psicologia, obstetrícia, pediatria, geriatria;

• Implantar a Terapia Comunitária Sistêmica ao nível da Atenção Primária para o acolhimento da população;

• Desenvolver Redes de Atenção e de Proteção Intersetoriais com a participação no mínimo das áreas de saúde, educação, assistência social, esporte e cultura, para o enfrentamento a problemas que extrapolam a área específica da saúde e que requerem ação intersetorial e multidisciplinar como o
enfrentamento à violência doméstica/familiar, a gravidez na adolescência, a drogadição, acidentes de trânsito, uso de agrotóxicos e outros produtos que trazem riscos à saúde, entre outros problemas;

• Desenvolver práticas educativas para uma vida saudável em conjunto com outros organismos, como universidades, institutos tecnológicos, outras secretarias municipais, movimentos sociais e outros recursos da comunidade. Dar especial atenção ao rádio como instrumento de comunicação e educação.

4) Eixo – Políticas Sociais e a Realização de Direitos

Nossas políticas e nosso projeto de sociedade estão voltados à justiça social e à garantia de liberdade para todas e todos, inspirados pela perspectiva estratégica defendida por nosso partido, que é o socialismo democrático. O PT entende que a garantia de direitos, por meio da realização de políticas sociais, é essencial para diminuir os efeitos das desigualdades estruturais produzidas pelo capitalismo e melhorar a vida das pessoas. Ao mesmo tempo, é preciso contribuir para que construam consciência crítica sobre as razões das injustiças, bem como dos projetos políticos que as sustentam. Nas eleições, apresentaremos propostas articuladas que integrem políticas e ações para diminuir a miséria, promover o desenvolvimento e a transição ecológica nas cidades, ampliar e assegurar qualidade dos serviços públicos, esclarecendo o que é responsabilidade do município e o que é responsabilidade dos governos estaduais e federal. Para a elaboração de programas e planos de governo e propostas de mandato parlamentar a partir das orientações do Eixo Políticas Sociais e a Realização de Direitos, é preciso que possamos discutir com a população o que são políticas sociais e por que as defendemos, em vez de ações pontuais ou espetaculares. Trata-se de apresentar políticas para

garantir direitos, a partir da defesa da constituição, e não para vender serviços. A construção do programa pode e deve contar com a participação do maior número de pessoas possível, pois o domínio das propostas contribui para o envolvimento dos participantes com o projeto.Assim, definimos políticas sociais como um conjunto de concepções, objetivos e ações de governo, realizadas em áreas específicas, voltadas à garantia de direitos estabelecidos constitucionalmente ou mesmo sua ampliação em atendimento de necessidades sociais em diversos campos. As políticas sociais devem estar voltadas à promoção da igualdade de gênero, étnico-racial e da liberdade de orientação sexual e religiosa.

educaCa-o

Essas políticas dizem respeito diretamente à concretização de direitos sociais e são tencionadas pelo conflito de interesses em disputa na sociedade, especialmente pelas concepções neoliberais que, como já apontamos, pretendem diminuir direitos de toda ordem, reduzir os gastos do Estado, especialmente com os mais pobres, e transformar direitos em mercadoria. Este eixo envolve as políticas públicas de educação, saúde, assistência social, transferência e redistribuição de renda, direitos humanos, abastecimento e segurança alimentar, geração de trabalho e renda, segurança pública, cultura, lazer, esporte, políticas agrária e agropecuária, meio ambiente, inclusão digital, ações afirmativas. As políticas sociais fazem parte das responsabilidades do governo, seus marcos legais são estabelecidos pelos parlamentos em nível nacional, estadual e municipal, a partir da ConstituiçãoFederal. Além disso, os governantes e parlamentares, tendo consciência plena ou não, ao apresentarem propostas, abraçam conceitos e definem para quem vão governar: se para a maioria do povo ou para as elites, se vão defender direitos ou privilégios. Para tanto, a sociedade deve participar das formulações e da luta para elevação dos padrões de acesso e qualidade, visando promover avanços e impedir retrocessos. Defender um estado local forte para realizar o planejamento e gestão das políticas O PT assegurou, em suas experiências de governo a primazia do Estado na condução das políticas públicas. Os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma não apenas se beneficiaram do conhecimento acumulado com as experiências de gestões petistas nos municípios e estados, já apontado, como aprofundaram e ampliaram a qualidade e o alcance das políticas sociais,
além de construírem políticas em todas as áreas, com a sociedade e os outros níveis de governo, a partir dessa perspectiva. Os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma demonstraram aquilo que o PT tem defendido desde sua criação: é possível governar o país para distribuir a renda, garantir e ampliar direitos, impulsionar o desenvolvimento sustentável, maior distribuição de renda e participação popular e cidadã. Mesmo no contexto de um governo nacional que desmonta as políticas sociais e ataca os pobres, é muito importante que os programas e planos de governo e as propostas de mandato parlamentar indiquem a importância das prefeituras irem até o cidadão e a cidadã que não têm condições sociais de demandar seus direitos no campo e nas áreas urbanas. Os municípios têm um grande trabalho a realizar e podem se apoiar, para isso, na concepção da ação Busca Ativa do Plano Nacional Brasil Sem Miséria, realizado pelo governo da Presidenta Dilma.

Promover igualdade com equidade, superação das iniquidades e a defesa dos direitos humanos

A experiência histórica da escravidão e a exploração das mulheres são partes inseparáveis do desenvolvimento capitalista no Brasil e têm deixado marcas profundas na sociedade brasileira. Essas práticas deletérias demonstram que as contradições de classe e as assimetrias de raça e gênero estruturam as desigualdades no País, tendo por base profundas hierarquias e processos de exclusão.

As diversas faces da heterogeneidade e da pluralidade, que compõem e caracterizam a sociedade brasileira, abarcam as diferenças de gênero, raça e geracionais, de orientação sexual e de capacidades. O reconhecimento destas diferenças e dos violentos processos de discriminação, que dão suporte e aprofundam as desigualdades, justificam constar, nos programas e planos de governo e nas propostas de mandato parlamentar, políticas sociais reparadoras e ações afirmativas, como aquelas realizadas por governos petistas, especialmente pelos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, defendidas pelo partido tendo como amparo a Constituição Federal.

A igualdade entre as pessoas é pressuposto básico dos direitos humanos fundamentais. É preciso mostrar à sociedade todos os ataques que têm sido desferidos pelo governo Bolsonaro. Devemos propor políticas que incentivem a sociedade a combater as situações que promovem preconceito, discriminação e exclusão social de qualquer natureza enfrentando, por exemplo, doutrinas como a do chamado “marxismo cultural”.

O PT entende que nenhuma política pública deve ser compreendida como benemerência, nem mesmo a assistência social, a qual, tradicionalmente, ou mais diretamente, atribui-se essa condição. As ações adotadas nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma,como o programa Bolsa Família, os serviços socioassistenciais, a rede de proteção social, a política de segurança alimentar e nutricional e o Plano Brasil Sem Miséria se constituíram em políticas entendidas como direitos, superando ações pontuais, fragmentadas e fragmentárias que marcaram práticas de governos anteriores. Os nossos planos e programas de governo e propostas de mandato parlamentar devem prever a promoção do respeito aos direitos humanos, articulado com os direitos sociais, civis e políticos, direito à segurança, à privacidade, ao acesso à justiça, a não discriminação, ao tratamentojusto e digno para todos os cidadãos e cidadãs:

• Estabelecer políticas municipais específicas para as crianças e adolescentes, entendo-as como sujeitos de direitos, orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), voltadas à Erradicação do Trabalho Infantil, o combate à violência contra crianças e adolescentes, em particular a violência sexual.

• Assegurar os direitos específicos da juventude (15 a 29 anos) nas políticas públicas, de acordo com as diretrizes apresentadas no Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13), que são: educação; profissionalização; direito ao trabalho e à renda; diversidade e igualdade; saúde; cultura; comunicação
e liberdade de expressão; desporto e lazer; direito ao território e à mobilidade; sustentabilidade e meio ambiente; segurança pública e acesso à justiça.

•Propor ações específicas para a pessoa idosa, fortemente atingida pelas políticas neoliberais no Brasil, partindo do Estatuto do Idoso, promulgado durante o governo do Presidente Lula. Podemos tomar como referência, consideradas as limitações de cada município, a formulação dos programas
desenvolvidos durante os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, tais como: o Benefíciode Prestação Continuada (BPC) para idosos com mais de 65 anos; o Programa

Saúde do Idoso, visando à promoção do envelhecimento ativo e saudável; a Carteira do Idoso; Cartão Nacional de
Saúde; Farmácia Popular; Saúde da Família; SOS Emergências; Programas de Prevenção de doenças reumáticas, diabetes, entre outras. Além disso, é fundamental que as pessoas idosas possam frequentar os espaços públicos da cidade, desfrutar do lazer e ter acesso à produção cultural e práticas esportivas. Para tanto, as políticas públicas devem prever condições de segurança emobilidade para que estas pessoas não sejam excluídas e alijadas da convivência social.

• É fundamental a construção de políticas para as pessoas com deficiência, desafio para o qual todos e todas devem estar muito atentos (as) e preparados (as). É preciso desenvolver iniciativas que garantam condições de acessibilidade e locomoção, que favoreçam a participação em atividades culturais, de lazer e de educação do corpo. Além disso, é necessário desenvolver ações que permitam a geração de emprego e renda e prever o direito à cidade para todas as pessoas com deficiência.

Políticas para a Educação

No quinto ano de vigência do ultraliberalismo, implementado com o golpe de 2016, são crescentes as restrições derivadas da reforma trabalhista, associada à EC 95, cujos impactos perversos se somam às restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); à desqualificação significativa resultante do chamado “novo ensino médio”; da “nova previdência” social; do desmanche dos programas nacionais de pesquisa; de formação inicial e continuada; dos contingenciamentos orçamentários que sufocaram universidades e institutos públicos de educação, ciência e tecnologia. Estamos próximos do fim da vigência do FUNDEB, enfrentando as PECs de extinção de fundos setoriais, da desvinculação, desoneração e desindexação dos orçamentos públicos, de emergência financeira com a previsão de redução de jornadas e de salários, extinção de carreiras, privatização de serviços e transferência direta de fundos públicos às instituições privadas de ensino.

O Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar, hoje, deve ser uma resposta cabal à retirada de direitos, comandada pelo governo Bolsonaro, que transforma a vida do povo brasileiro em um turbilhão de insegurança e incertezas. O direito à cidade, com todas as suas peculiaridades culturais e identitárias, geradoras de bem-estar, de segurança e felicidade para as pessoas, deve ser o fio condutor das nossas propostas para governar. E a educação pode ser a política pública de maior alcance, capaz de impulsionar este objetivo. Educação, desenvolvimento e cidades felizes: principais diretrizes de ação A educação é um direito humano fundamental, principal meio de acesso à cultura, às ciências, às artes, à filosofia, à tecnologia. O acesso à educação é condição importante para a mudança das relações sociais e superação das discriminações, para o desenvolvimento sustentável com garantia de distribuição de renda e de proteção aos recursos naturais. A garantia de educação de qualidade,pública, inclusiva e democrática para todos e todas é fundamental para o exercício da liberdade e da cidadania, para o fortalecimento das relações sociais respeitosas e para prática de valores humanitários. O Brasil caminhou nessa direção nos 13 anos dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, com fortes repercussões na educação dos estados e municípios, adotando medidas estruturais como o FUNDEB, o Piso Salarial Profissional para o Magistério, a Emenda Constitucional 59 e o Plano Nacional de

Educação. Nesse sentido, destacamos as seguintes diretrizes para um programa e plano de governo e proposta de mandato parlamentar:

1) Qualidade social, inclusão e equidade

•Promover um amplo e permanente movimento de reflexão sobre os currículos, o que supõe a troca de experiências entre escolas;

•Atenção à organização de currículos voltados à educação integral, que permitam à criança o desenvolvimento do brincar e do contato com diferentes campos do conhecimento e das linguagens;

processos de alfabetização que considerem as experiências culturais e sociais das crianças; contato com a investigação e a pesquisa desde os primeiros anos do ensino fundamental; perspectiva de educação inclusiva, que leve em conta as características cognitivas, as experiências culturais, as especificidades e necessidades de todos os estudantes;

•Assegurar a abordagem curricular relativa aos direitos humanos, à cultura da paz e à prevenção de todas as formas de violência. Formação voltada à igualdade de gênero e ao combate a qualquer forma de discriminação. Fortalecimento do ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas e

implementação dos territórios de educação escolar quilombola e indígena. Promoção de educação ambiental, contribuindo para a construção de escolas sustentáveis e cidades preservadas;

•A articulação entre a educação infantil e o ensino fundamental;

•Política de formação permanente e sistemática para os educadores, em articulação com o movimento de reflexão sobre os currículos;

•A elaboração de projetos político-pedagógicos em todas as unidades educacionais a serem acompanhados em reuniões pedagógicas sistemáticas. Para tanto, será fundamental que esse tempo seja previsto na jornada de trabalho dos educadores;

_Integração de políticas e ações educacionais em cada lugar, por meio de processos de planejamento e gestão, intra e intersecretarias e unidades escolares;

•Reuniões pedagógicas com os educadores e educadoras, preparadas previamente, que discutam o desenvolvimento dos alunos, analisando suas dificuldades e, principalmente, suas possibilidades no campo da aprendizagem;

•Formação dos funcionários e funcionárias da escola;

•Combinação entre as avaliações externas e internas às unidades educacionais e órgãos da educação.

2) Democratização e qualificação da gestão educacional.

Os municípios devem buscar, no exercício da sua autonomia como entes federados, formas para assegurar a gestão democrática e a participação popular na educação. O envolvimento de toda comunidade escolar – professores e professoras, funcionários e funcionárias, familiares e estudantes

– na elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas é uma forma exitosa, já vivenciada por governos petistas, de tornar educação prioridade e de fazê-la a grande causa a ser defendida pela sociedade. Outros instrumentos precisam ser implantados ou fortalecidos, como: Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento do FUNDEB, Conselho de Acompanhamento da Alimentação Escolar, dentre outros. Importantíssimo também o fortalecimento dos Conselhos Escolares, com investimento na formação de seus segmentos, bem como a garantia de formas democráticas para escolha dos dirigentes

escolares e de empenho na criação de um ambiente de diálogo para solução de conflitos e divergências. Para promover a democratização da escola, a superação da violência e valorização da vida, é fundamental a abertura das escolas, oferecendo ações esportivas, culturais e de lazer de maneira integrada, se possível com outras áreas de governo.
3) Valorização Profissional Os trabalhadores e as trabalhadoras em educação, em suas diversas atividades pedagógicas, precisam, antes de tudo, ser considerados como protagonistas do processo de aprendizagem. Ao longo da luta dos educadores e educadoras, os pilares da valorização tornam-se mais complexos e exigentes, cabendo à administração pública considerar este novo paradigma.
•Prever um forte investimento no planejamento e na gestão pedagógica, amparado no trabalho coletivo e integrado dos (das) educadores (as) com as equipes pedagógicas de creches, escolas e dirigentes da secretaria de educação;
•Formação permanente e sistemática de educadores (as), em parceria com universidades públicas, garantindo-se tempo disponível integrado à jornada de trabalho;
•Implementação do Plano de Cargos e Carreira da Educação, com observância do Piso Salarial
Profissional Nacional como valor inicial da matriz salarial;
•Implementação de política de formação para os funcionários, com a retomada do programa Pro funcionário;
•Implementação de políticas de prevenção e atenção à saúde dos profissionais da educação. Acesso, permanência e qualidade A porta de entrada da criança na escola deve ser garantida pelo poder público, seja pela estratégia da Busca Ativa ou pela ampliação das vagas, de modo a expressar o compromisso com a progressiva universalização do ensino fundamental, da educação infantil de 4 a 5 anos e da ampliação do atendimento em creches. Manter as crianças na escola, em boas condições de aprendizagem, vai requerer da gestão articulação necessária para garantir toda a estrutura adequada ao funcionamento das escolas: construção, reforma e manutenção de prédios escolares; provimento de materiais pedagógicos e outros; garantia de professores e funcionários em todas as unidades; transporte escolar; merenda escolar; livros e materiais didáticos. Proteção e educação para nossas crianças
A educação na primeira infância, agora com o seu Marco Legal, deve promover o desenvolvimento físico, pedagógico e cognitivo das crianças; o desenvolvimento da criatividade e das curiosidades; deve promover a sociabilidade a partir do brincar, hoje considerado um direito; deve se desenvolver em ambientes acolhedores e inclusivos, que promovam a saúde e a proteção. As ações pedagógicas desencadeadas a partir dos currículos devem assegurar a dignidade das crianças, protegendo-as de qualquer forma de negligência e violência e visando ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades. O objetivo é que as creches e as escolas de educação infantil se tornem lugares de proteção e desenvolvimento da primeira infância.
A meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) é voltada aos municípios, prevendo a universalização da educação de 4 e 5 anos e o alcance em creche de 50% das crianças até 3 anos. Os programas e planos de governos e as propostas de mandato parlamentar devem prever a ampliação do atendimento em creches. Educação de Jovens e Adultos (EJA) Investir na Educação de Jovens e Adultos, visando superar o analfabetismo, e sempre que possível, articulá-la à formação profissional. Educação no Campo É muito importante que tenhamos propostas para as escolas que estão nos espaços da floresta,

da pecuária, das minas e da agricultura, espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. Nesse sentido, é fundamental recuperarmos as orientações sobre Educação no Campo de 200746 e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013.

Desafios e perspectivas

O programa aqui apresentado se amparam no que o PT discute, formula e implementa ao longo de suas experiências em gestões estaduais e municipais que, sem sombra de dúvidas,

desenvolveram-se muito nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Hoje, os prefeitos e prefeitas, vereadores encontrarão um MEC que ignora os municípios como entes capazes de formular e impõe projetos mirabolantes, quase todos de cunho privatista, que ao final, irão retirar recursos dosmunicípios. Por isso, é preciso muita atenção nas propostas de voucher para educação infantil, na PEC

do FUNDEB e na parceria para escolas cívico-militares, esta última apresentada como o cartão de visitas do MEC. Dizer não a esses projetos significa defender o legado do PT na educação e o direito de crianças, jovens e adultos à educação. Nossos programas de governo e propostas de mandato

parlamentar devem afirmar a educação pública, defender a escola pública, que anuncie e promova o direito à educação, desenvolva cidades e pessoas felizes!

ENCAMINHAMENTOS

1) Em primeiro lugar fazer o diagnóstico do município quanto:

a) Porcentagem de atendimento na Educação Infantil

b) Atendimento no Ensino Fundamental

c) Número de estabelecimentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Educação no Campo e na região Urbana)

d) Profissionais da Educação: número de Profissionais no município; gastos com folha de pagamento; verificação do Plano de Carreira e cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional

e) Programas e Projetos desenvolvidos pela atual gestão para fazer as críticas necessárias

f) Transporte e merenda escolar

g) Educação Inclusiva e Integral

h) Receitas e despesas relacionadas ao FUNDEB

i) Revisitar as metas e estratégias do Plano Nacional de Educacional, e Plano Municipal de Educação, avaliar o cumprimento das das metas e estratégias para Educação infantil; Ensino fundamental; Educação Integral; Inclusão e Educação Especial, confrontando com as políticas das atuais gestões.

Construção Civil

A construção civil é uma indústria que, além de contratar um volume expressivo de mão de obra, tem como característica impulsionar um conjunto de outros setores, antes e depois. Antes ela ativa os diversos segmentos de fornecedores (aço, cerâmica, vidros, tintas, hidráulico elétrico etc), e depois ela

ativa segmentos de produtos e serviços que comporão os espaços edificados (móveis, eletrodomésticos, internet, etc). Ou seja, o estado precisa conceber a construção civil como umaindústria motriz.

O Estado deve lançar um Programa de Moradias Populares utilizando-se da expertise da COHAPAR.

Infelizmente, o Governo Federal descontinuou os investimentos de primeira faixa do Programa Minha
Casa Minha Vida, o que aumenta o desafio do Estado do Paraná em levar a cabo uma política habitacional.
Este programa deveria contar com a parceria das prefeituras, que entrariam com a doação dos terrenos e a elaboração dos projetos. O Estado deverá cancelar outros tipos de investimentos com menor efeito multiplicador e direcionar ao menos R$ 1 bilhão para a execução das moradias.
Seriam construídas perto de 30 mil unidades habitacionais, e gerados mais de 30 mil empregos diretos.
O meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida e todos têm direito a ele.
Essa afirmação é absolutamente verdadeira e tem amparo constitucional, o que significa que, em decorrência da Constituição Federal, há no ordenamento jurídico pátrio um sistema de normas que objetivam garantir esse direito.
Isso se dá pela relevância da vida, impondo ao Poder Público e à coletividade, o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Porém, não se chegou de um dia para outro a esta conclusão, foi uma longa jornada, muito marcada pela destruição dos bens ambientais, especialmente, pela poluição do solo, do ar e das águas, e pela extinção de milhares de espécies da flora e da fauna.
O desafio é como continuar utilizando nossos solos e nossas águas e manter as atividades econômicas que dependem desses recursos ambientais e, ao mesmo tempo, garantir um meio ambiente sadio e equilibrado, condição essencial à vida.
Essa questão fica muito mais evidente nos municípios, que lidam todos os dias, por exemplo, com processos de loteamentos e parcelamento do solo e hoje muitos têm em sua estrutura administrativa, a responsabilidade do licenciamento ambiental.
E mesmo aqueles que ainda não dispõem de condições técnicas para assumir esse processo estão obrigados a terem que atuar ativamente em matéria ambiental.
A atuação do município em prol do meio ambiente e, portanto, da vida, se encontra consubstanciada no poder que recebeu da Constituição da República de modo à melhor realizar suas funções e tarefas.
Estamos falando da Competência Comum em matéria ambiental, prevista no art. 23 da CF/88, que estabelece a competência do município, em comum com os outros entes da Federação, para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
Estabelece também, que o município deve preservar as florestas, a fauna e a flora, assim como proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos e impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural, além de registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.
Na mesma senda, a Constituição da República, especificamente, no inciso VI do art. 24, dispõe sobre a competência concorrente, ou seja, garante que o município estabeleça um maior grau de proteção ao meio ambiente em seu território, podendo legislar a

respeito de florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente econtrole da poluição.
Portanto, o município tem uma tarefa fundamental, pois está na linha de frente da atuação ambiental. Mas, a questão não termina aí, o município, além de desenvolver sua política ambiental, também é responsável pela prestação de serviços, como o da coleta de resíduos domiciliares, que tem impacto social, ambiental e econômico.
Do ponto de vista social, está o relevante papel dos catadores e catadoras, que integram hoje parte do sistema operacional de tratamento de resíduos pela via da reciclagem com os municípios.
Do ponto de vista ambiental e econômico, a coleta seletiva garante a preservação de recursos naturais, devolvendo ao sistema produtivo uma nova matéria prima, que chamamos de segunda geração, sendo de primeira geração, a matéria prima na sua condição original.
É na atuação junto à coleta seletiva, que o município concretiza o objetivo mais importante do gestor em relação ao meio ambiente, o desenvolvimento sustentável.
Desenvolvimento esse, que deve combinar três dimensões: a social, a ambiental e a econômica.
Portanto, é no marco desse tripé, que a gestão municipal deve ser realizada, garantindo, sempre a
participação popular, uma vez que o meio ambiente é bem de uso comum do povo.

Agricultura.

Para o PT, todas as pessoas que vivem nas áreas rurais dos municípios têm direito à qualidade de vida; a uma reforma agrária que promova políticas e ações socioeconômicas ambientalmente sustentáveis; a apoio técnico para a agricultura familiar, com acesso à tecnologias agroecológicas; ao planejamento
e zoneamento das atividades agropecuárias no município; à manutenção das unidades de conservação, de áreas de proteção e recuperação de mananciais e das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal nas propriedades rurais, além da proteção de terras indígenas,
quilombolas e de comunidades tradicionais.
A transição ecológica no meio rural se expressa na adoção da agroecologia, tendo como objetivo a produção de alimentos saudáveis, com redução gradativa do uso de agrotóxicos até sua eliminação completa, o que, neste momento, impõe esforços adicionais, considerando a estagnação dos processos de reforma agrária, a liberação desenfreada, pelo governo Bolsonaro, do uso de novos agrotóxicos e o avanço do agronegócio sobre pequenas propriedades. O estímulo ao cooperativismo, o apoio técnico à agricultura familiar e as compras de produtos in natura pelo poder público são fundamentais para um desenvolvimento socioeconômico inclusivo no campo.
Os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma trouxeram avanços importantes com os programas Reforma Agrária – promotora de desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente sustentável – e Luz para Todos, que procurou universalizar o acesso à energia elétrica. Instituíram a

Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o aumento do crédito e seguro no campo, com linhas especiais do PRONAF e o Garantia Safra. O PAC também melhorou a segurança hídrica em regiões como o semiárido Nordestino, realizando obras de grandes canais, adutoras, barragens e perímetros de irrigação, como a Integração do Rio São Francisco, entre outros.

Desenvolvimento Econômico e geração de trabalho e renda

• Fortalecer as articulações para a comercialização da produção rural do município, tendo em vista o abastecimento alimentar da população, as aquisições institucionais para a alimentação escolar, por meio de gestão direta do governo municipal, e para ampliação dos pontos de vendas de produtos de
qualidade em mercados municipais e em bairros da periferia (sacolões, varejões e outros);

• Fomentar o comércio justo, sustentável e solidário, apoiar e fortalecer o associativismo, o cooperativismo e as feiras livres de todos os campos produtivos;

• Fazer gestões para facilitar o acesso ao crédito de jovens, mulheres, pessoas negras, povos originários, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares;

• Articular iniciativas de finanças solidárias, por meio dos bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito;

Desenvolvimento agroecológico com sustentabilidade socioambiental

A agricultura familiar com princípios agroecológicos garante a manutenção de variedades e cultivos locais. Este fator aumenta a agrobiodiversidade, o que permite também resgate dos conhecimentos locais das práticas tradicionais de manejo como possibilidade concreta de implementação de um processo democrático de desenvolvimento rural sustentável. A queda de renda e a redução de apoio institucional e financeiro para aquela parcela de agricultores que produz os alimentos que efetivamente chegam à mesa colocam em risco a segurança alimentar da população.

O planejamento do município deve ter um olhar integrado sobre suas áreas rurais e urbanas. Deve inibir o espraiamento das periferias e valorizar produção local e a agricultura familiar.

•Reservar áreas urbanas e periurbanas ociosas para a prática da agricultura urbana, com a produção de alimentos, mudas de espécies florestais e medicinais, priorizando a geração de renda e a distribuição de alimentos para a população em risco social;

•Fortalecer o modelo de uso dos recursos naturais e do território desenvolvido nas Reservas Extrativistas, pela pequena agricultura amazônida, pelas populações tradicionais e pelos indígenas, protegendo os meios de vida e a cultura dessas populações;

•Estabelecer limites à implantação de monoculturas que possam ocupar as áreas destinadas à produção diversificada de alimentos ou de monoculturas predatórias aos recursos naturais e ao meio ambiente;

•Incentivar a adoção de sistemas sustentáveis produtivos, a inovação tecnológica e o desenvolvimento de sistemas resilientes;

•Criar mecanismos de fiscalização local nos marcos do código florestal;

•Promover capacitação de novas tecnologias para a produção agrícola, dando ênfase aos cultivos alimentares;

•Estimular a produção orgânica, agroecológica e agroflorestal diversificadas e com baixo impacto ambiental;

•Instituir fundo de amparo e fomento à agricultura familiar;
Apoiar a produção e comercialização de alimentos orgânicos da agricultura familiar e dos projetos da Reforma Agrária;
•Investir em infraestrutura e logística necessárias para o escoamento da produção alimentar e o acesso ao mercado consumidor;
•Regulamentar o Selo Arte11 na esfera municipal, com mapeamento em parceira com agrodefesa e órgãos de vigilância sanitária para facilitar a produção e comercialização de produtos artesanais e da agricultura familiar;

AGRICULTURA
•Implantar o Sistema de Inspeção Municipal – SIM, para dar segurança alimentar e abrir mercado para os produtores da agricultura familiar;
•Criar formas de restringir o uso de venenos na agricultura e de impedir a sua expansão, propondo projetos de lei, portarias e outras iniciativas legais;
•Criar política, mecanismos e fiscalização para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos;
•Fiscalizar o uso e o descarte adequado das embalagens de agrotóxicos;
•Promover Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os agricultores familiares e fortalecer o Sistema Brasileiro de ATER;
•Promover Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada ao manejo florestal comunitário e familiar;
•Ofertar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pesqueira e aquícola;
•Incentivar e investir na sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca artesanal;
•Promover a comercialização e o consumo do pescado;
•Promover a inclusão social dos trabalhadores do setor da pesca;
•Criar ferramentas normativas para redução dos impactos da pesca sobre outros animais, como quelônios12, cetáceos13, aves, entre outras.

Recursos Hídricos
•Estabelecer o pagamento por serviços ambientais a pequenos produtores rurais pela preservação de Nascentes
GOVERNOS DO PT E OS SERVIDORES E SERVIDORAS PÚBLICOS
O servidor e a servidora pública estão presentes em todas as políticas do município. Em um atendimento na prefeitura, na aula como um(a) professor(a) numa creche, CMEI, escola, em todos os equipamentos de saúde (Upa, postos de saúde, hospitais), na vigilância sanitária, na segurançapública, em todos os programas de assistência social tão necessários à população de forma geral, na agricultura e meio ambiente, entre outros.
Um cargo público pertence ao povo, à coletividade O cargo público é criado por lei, e o ingresso ao cargo público é através de concurso preconizado na Constituição Federal de 1988 e quem paga o salário são os cofres públicos, ou seja, toda a população, através dos impostos. Portanto, o serviço público é para o bem coletivo.
Os governantes ao serem eleitos ocupam mandato público por tempo determinado, entretanto, esses também devem realizar prestação de contas públicas tanto financeiras como políticas e devem, também, aplicar o bem coletivo. A ética, a eficiência, o respeito e a cordialidade são obrigações de
todas as pessoas que trabalham para o bem comum.

O primeiro passo para o gestor público é entender que valorizar o(a) servidor(a) é um princípio de gestão que deve ser constituído de forma coletiva e que visa aumentar a consciência desse(a) servidor(a) com o ethos público e com sua função em si, ou seja, servir à sociedade para que o bemcomum aconteça.
Por isso, os desafios dos gestores no setor público envolvem três nuances: planejamento e execução das políticas públicas de forma coletiva; gestão de pessoas; transparência e boa relação entre o gestor público e os(as) servidores(as).
A relação entre gestores e os(as) servidores(as) públicos nos governos do PT sofre muitas vezes da falta de diálogo, da falta do trabalho coletivo, da falta de constituição de grupos de trabalho e conselhos gestores para aplicabilidade das políticas públicas, da falta de debate dos direitos dos(as) servidores(as) como também de uma ampla relação de transparência no período da gestão.
Apontamos também a necessidade de compreensão de duas características fundamentais: a profissionalidade que significa que os(as) servidores(as) públicos exercem uma efetiva função de forma permanente no município, e a definitividade, que é o propósito de permanência no exercício da função. Essas características precisam unir-se para o bom desenvolvimento da gestão.
Nesse sentido, é importante que o plano de governo municipal abarque propostas para essa relação efetiva na esfera da gestão a fim de alcançar a gestão democrática como princípio e prática no modo petista de governar. Mesmo que existam conflitos esses devem ser superados no método de trabalho e na prática democrática governamental.
A valorização do serviço público em tempos de pandemia demonstrada principalmente na necessidade do Serviço Único de Saúde - SUS para toda a população, principalmente a mais pobre, coloca aos(às) candidatos(as) explicitar a necessidade de mais serviços públicos de qualidade para todos e todas. O(A) candidato(a) deve contemplar em seu programa de governo a centralidade doserviço público como expressão de propiciar o bem viver e o bem comum à população.

- O papel dos municípios na segurança pública

As pessoas moram nos municípios e é onde experimentam os riscos de virem a ser vítimas de alguma forma de violência. Não se pode negligenciar que o poder municipal dispõe da maior parte dos meios e recursos para a promoção de uma segurança pública cidadã que não se limite a uma abordagem reativa do controle do crime e centrada exclusivamente no trabalho das polícias estaduais. Cabe a municipalidade a gestão da infraestrutura social e urbana, da mobilidade, da saúde pública, das questões fundiárias, da defesa civil, por exemplo, que tem um impacto direto na cobertura do policiamento ostensivo, no tempo de resposta das chamadas emergenciais. Há que avançar na delimitação clara do papel dos municípios na prevenção da violência e na promoção da segurança urbana. Isto corresponde ao desenvolvimento de políticas integradas, interdisciplinares e setorializadas. A zeladoria urbana joga um papel fundamental na gestão de riscos e redução de oportunidades de crimes no espaço urbano. É evidente que guardas civis municipais, de natureza
preventiva e comunitária tem um papel especializado e também complementar as rondas policiais.
Não se pode esquecer da necessidade de consórcios intermunicipais para implementação de ações regionais e metropolitanas. A experiência dos Fóruns 5 Locais Comunitários para envolver a população na política de prevenção do poder local tem se mostrado decisiva na formulação e alcance das políticas municipais.

- Políticas de Segurança Cidadã nos Municípios

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania PRONASCI, criado na gestão do presidente Lula é um marco na inclusão dos municípios na segurança pública. Dos 94 projetos e ações do programa aos quais o governo federal destinava recursos, 50% eram para projetos de prevenção nos municípios. Em um dado momento, os recursos aos municípios ultrapassaram 300 milhões de reais. Foi com certeza o maior programa de inclusão dos municípios nasegurança pública feito na República.

Projetos como_ Mulheres da Paz_ e_ Protejo, destinados a juventude e vídeo-monitoramento das cidades, foram implementados em vários municípios de todas as regiões do país.

A metodologia do programa consistia em criar Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, que articulavam todas as secretarias sociais municipais e as representações das polícias estaduais no município. Os grandes articuladores dos GGI-M eram os prefeitos e prefeitas municipais, fundamentais para garantir matricialidade nos projetos e ações.

- Aos Municípios cabe Ação Complementar na Segurança Pública

É sabido que a responsabilidade pela Segurança Pública,_ scrictu sensu, é do Estado. Enfrentar a criminalidade comum e a organizada cabe às policiais civil e militar. Estas representam mais de 80% do efetivo policial no país, enquanto as policias da União representam os outros 20%. Aos municípios cabe ação complementar, sobretudo naquilo que historicamente tem sido uma dificuldade na atuação do Estado: a prevenção do crime e da violência.

Uma Política Municipal de Segurança Pública visa reforçar este papel protagonista que o Poder Público Municipal tem na área, em especial no que se refere à sua atuação por meio de políticas públicas locais de prevenção do crime e da violência.

O conceito de Segurança Cidadã pode ser definido como articulação permanente de ações

preventivas policiais e ações sociais que permitam uma atuação sistêmica do município sobre as raízes socioculturais da violência, por meio de políticas integradas, multissetoriais e territorializadas.

Mas a segurança municipal preventiva cidadã depende também de variáveis extrapoliciais, tais como o ambiente comunitário, os equipamentos coletivos de qualidade, a infraestrutura social e urbana, o meio ambiente e os serviços de utilidade pública.

Isso porque parte dos problemas de segurança vivenciados pelos cidadãos e cidadãs no espaço público ultrapassa ou não se limita à intervenção policial. A violência é multicausal, por isso, requer cooperação das comunidades e dos diversos órgãos públicos prestadores de serviços essenciais à população para promover seu enfrentamento e prevenção.

A iluminação pública nos bairros, fiscalização de posturas relativas ao ordenamento e uso e ocupação urbano e rural, o saneamento básico, a zeladoria da cidade são fatores que contribuem para a qualidade de vida e para prevenir a violência, portanto, dialogam com ação complementar da segurança pública.

Para que uma política municipal de segurança cidadã tenha êxito, o prefeito e a prefeita têm o papel de ser o principal gestor e articulador da política de segurança, porque ela tem que ser intersetorial, matricial e intersecretarial. Se o (a) chefe do Executivo não assumir essa tarefa, a política não se consolida.

Um dos exemplos foi a política de segurança municipal de Diadema/SP, na gestão do Prefeito Filippi, do PT. A política de fechamento de bares às 22 horas, na cidade, que foi responsável pela diminuição dos índices de homicídios dolosos, foi realizada após diagnóstico de que grande parte dos homicídios dolosos aconteciam dentro ou no entorno dos bares e, principalmente, porque o prefeito assumiu a coordenação da política municipal de segurança pública, o que garantiu articulação com as instituições policiais na cidade e das secretarias sociais do governo. Uma das hipóteses dessa política de fechamento de bares não ter tido êxito em outros municípios talvez seja a falta dessas duas premissas.

Portanto, o primeiro passo para ter uma política municipal de segurança cidadã é fazer um amplo Diagnóstico da dinâmica da violência e do crime na cidade, ouvindo representantes das polícias estaduais no município e da comunidade, conhecendo o perfil socioeconômico da cidade, relação de equipamentos públicos e detecção de vulnerabilidades que se relacionam com o tema segurança pública.

- Propostas indicativas para política municipal de segurança pública cidadã

Fóruns locais comunitários

Realizados em parceria com a sociedade civil local, pretendem ser intersecretariais, integrados e participativos. Têm por objetivo: Garantir maior acesso aos direitos civis, sociais, culturais econômicos; fortalecer o exercício ativo da cidadania e ampliar o capital social; fortalecer as redes locais e de solidariedade; fomentar a cultura de paz; aumentar o fluxo de informação sobre serviços e ações de governo; diminuir fatores de risco da violência.

A articulação de várias secretarias garante a integração entre os vários projetos na perspectiva da
governança cooperativa, que garantirá a sustentabilidade do Programa Municipal.

Projeto Guardiã Maria da Penha

O projeto Guardiã Maria da Penha é uma parceria entre a Secretaria de Segurança Urbana, Secretaria de Promoção das Mulheres e o Ministério Público. Em São Paulo, na gestão Fernando Haddad, mais de 100 mulheres da região central foram protegidas. A violência contra a mulher e o aumento do
feminicídio no Brasil devem ser uma preocupação e prioridade dos governos locais. Em Salvador, na Bahia, o projeto Guardiã Maria da Penha, feito em parceria com a Polícia Militar, também tem apresentado bons resultados.

Vídeo-monitoramento Integrado da Cidade

Utilizar novas tecnologias para ampliar a sensação de segurança e inibir a violência vem se tornando uma das principais ferramentas da Segurança Municipal. Uma experiência exitosa foi o Centro Integrado de Monitoramento na cidade de São Bernardo do Campo/SP, na gestão do prefeito petista Luiz Marinho. O Centro Integrado reuniu a Guarda Civil Municipal e as polícias estaduais. As câmeras de segurança foram instaladas prioritariamente nas entradas e saídas das escolas municipais e nos grandes corredores de tráfego.

Gestão de Informação

As secretarias municipais agregam dados relevantes para a gestão da informação na política de segurança municipal, como é o caso da Notificação Compulsória de Violência da Secretaria da Saúde.

A notificação compulsória permite compreender dinâmicas de violências que são altamente subnotificadas nos distritos policiais, como por exemplo a violência doméstica.

Abertura das escolas municipais nos finais de semana

A juventude das periferias das cidades tem poucos espaços de lazer, cultura e esporte. A abertura das escolas nos finais de semana para a comunidade aproxima a população do ambiente escolar e se torna a própria alternativa de lazer aos jovens do entorno da escola.

Gabinete de Gestão Integrada Municipal

Retomar os Gabinetes de Gestão Integradas Municipais, criados no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania do governo do Presidente Lula. O GGI-M deve integrar todas as secretarias sociais do governo, a secretaria de segurança e os representantes das polícias estaduais
na cidade. Para que o GGI-M tenha envergadura política, deve haver participação efetiva das secretarias e das polícias, tendo o prefeito o papel de coordenador político do GGI-M.

Guarda Civil Municipal Preventiva e Comunitária

Se cabe aos municípios ação complementar na segurança pública, nos municípios governados pelo PT que possuam Guardas Civis Municipais, a tarefa estratégica da Guarda Civil Municipal é ser uma das principais, senão a principal referência de política preventiva e comunitária da cidade. Não cabe às
Guardas Civis Municipais disputar espaço com a Polícia Militar. Realizar policiamento ostensivo repressivo é uma atribuição exclusiva da PM e não das Guardas Civis Municipais.

No governo da Presidenta Dilma, foi aprovada a primeira lei federal relacionada às Guardas Civis Municipais (lei nº 13.022/14), conhecida como "Estatuto Geral das Guardas Civis Municipais". A lei federal deveria ser parâmetro para as ações das Guardas Civis Municipais em todo Brasil. Mas, infelizmente, ainda não é. Uma das hipóteses de a lei federal não ser parâmetro são as interpretações equivocadas sem embasamento no próprio texto da lei, que traz as competências exclusivas das Guardas Civis Municipais.

Todas as 18 atribuições previstas na lei como competências das Guardas Civis Municipais propõem
ações preventivas e comunitárias. Não há, entre as atribuições, a prerrogativa de realizar policiamento ostensivo repressivo. Entretanto muitas Guardas Civis Municipais realizam, inclusive em governos municipais do PT.

Pautado na lei federal que instituiu o Estatuto Geral das Guardas, elencamos algumas ações que devem ser prioridades das Guardas Civis Municipais:

a) Segurança Escolar

Implantar segurança escolar.

O que mais deveria marcar a identidade de uma Guarda Civil Municipal é o Programa Segurança Escolar, com o objetivo de garantir que escolas da Rede Municipal tenham presença fixa de guardas civis municipais e que eles promovam interação com a comunidade escolar e seu entorno. Se não houver efetivo suficiente para presença física, é indicado que façam rondas preventivas nas entradas e saídas dos alunos.

b) Patrulhas Guardiãs Maria da Penha

Criar as Patrulhas Guardiãs Maria da Penha.

c) Programa de Mediação de Conflitos em parceira com o Poder Judiciário

A mediação de conflitos é uma das atribuições das Guardas Civis Municipais, prevista na lei nº13.022/14. Em São Paulo, na gestão Haddad, mais de 200 GCMs foram formados pelo Poder Judiciário para ser mediadores de conflitos. O objetivo era resolver pequenos conflitos, por meio da mediação e diálogo, sem judicializar os problemas. O juiz homologava as decisões, fruto dasmediações.

d) Fiscalização e Orientação de Trânsito

O Trânsito é uma das principais causas de morte nas cidades. Em parceria com a secretaria de transporte e contando com suporte de vídeo-monitoramento, as Guardas Civis Municipais podem e devem realizar fiscalização e orientação no trânsito, contribuindo para diminuir os acidentes, uma das atribuições previstas na lei federal.

e) Realizar Policiamento Preventivo na Cidade

A principal novidade na lei federal_13.022/14_é que coloca como um dos princípios de atuação das Guardas Civis Municipais a realização de policiamento preventivo. Mesmo que muitas já o realizassem antes da lei, só com a regulamentação federal as Guardas Civis Municipais passaram também a ter a competência de realizar um tipo específico de policiamento, que é o policiamento preventivo, além de cuidar dos próprios públicos. Muitos, equivocadamente, passaram a acreditar que com este princípio de atuação as Guardas Civis Municipais têm a mesma competência da PM no município. Não têm. As PMs são responsáveis por manter a ordem pública e realizar policiamento ostensivo repressivo e preventivo, apesar de fazerem mais o repressivo. As rondas preventivas realizadas pela Guarda Civil Municipal devem ser diferentes da PM, em especial, ter uma forma nova de abordagem que caracteriza uma agência municipal preventiva e comunitária. Sem_ROMU.

f) Ações Interdisciplinares

Talvez, a atribuição da lei federal que mais caracteriza a identidade das Guardas Civis Municipais seja a XII, do artigo 4º: "articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município". Por fim, cabe destacar que disputamos um modelo de Estado, no qual a cidadania e o Estado Democrático de Direito são pilares dos nossos governos. Para colocar esse modelo em prática, com

políticas públicas que criem um novo conceito de segurança pública no Brasil, temos que ter a perspectiva de enfrentar o senso comum e as propostas ou políticas reativas que alimentam aviolência e o crime.

PROPOSTAS PARA POLÍTICA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS.

Os governos municipais tiveram competências ampliadas com a Constituição Federal de 1988 o que foi muito importante no acesso da população à direitos e garantias fundamentais, visto que é o ente federativo mais próximo aos cidadãos, ao qual estes recorrem diante das principais demandas da vida.

É fundamental o papel das prefeituras na garantia e defesa dos Direitos Humanos e tema central para uma gestão municipal equilibrada e comprometida com o bem-estar da população e avanço social.

Nessa perspectiva, a sistematização de informações sobre operacionalização de direitos humanos em nível municipal, funcionamento de conselhos, comissões legislativas, serviços e órgãos, bem como bases para planos municipais é primordial na garantia de um bom planejamento municipal na área deDireitos Humanos.

Os Direitos Humanos resultam de luta histórica de nossos antepassados, que diante de sofrimentos concretos pleitearam o maior respeito da condição humana e a inclusão de

todos, em especial dos mais carentes e desassistidos. Trata-se de um conjunto de garantias em prol do respeito da dignidade
humana, com estabelecimento de condições para vida e bem-estar, proteção contra quaisquer violências.
O importante papel do poder local é reconhecido pela comunidade internacional como estratégico para o desenvolvimento de ações de garantia dos Direitos Humanos. Diante das competências municipais previstas constitucionalmente no Brasil, é obrigatório que as Prefeituras implementem uma Política Municipal de Direitos Humanos.

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS

Os municípios devem aplicar, fiscalizar e garantir que sejam respeitadas as_ Leis n°10.048/00 e 10.098/00 e o Decreto n°5.296/04,_ que as regulamenta. Em seu artigo 8°, o decreto define acessibilidade como sendo a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O mesmo artigo classifica como barreira qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.

CULTURA

A Cultura é um dos direitos sociais, conforme a Constituição Federal de 1988. Enfim, ocupou o lugar que lhe é de direito na legislação e na política brasileira.
A cidade é o território onde as pessoas vivem e interagem, criando um jeito próprio de habitar e de se relacionar. Esse jeito próprio é expressado na cultura local, que precisa ter espaço para existir e transformar. Uma das inúmeras formas da cultura é como o “ar que a gente respira” ou “é o que agente é”, a gente desse lugar, dessa forma original de se relacionar com a cidade.
Como direito social, é preciso que o município estabeleça políticas de valorização e acesso à cultura. Acesso à cultura vai além da simples compra de ingresso: é preciso que espaços culturais sejam criados/mantidos. E os meios de produção e difusão sejam incentivados de forma que possam sobreviver e serem ampliados.
A guarda do patrimônio e da memória da cidade e de seu povo é parte importante da política cultural que, assim como as demais áreas que a compõem, deve ser definido com ampla participação social.
Essa participação deve ir além da própria comunidade cultural: deve envolver toda a população.
A formação artística permite e aumenta a livre expressão, sendo direito do cidadão der acesso as mais diversas linguagens e ao aprendizado de técnicas de pintura, musicais, teatrais, entre outras.
É preciso observar também a capacidade e o desenvolvimento da cultura como forma de desenvolver o turismo. Festivais, exposições, encontros e muitos outras opções promovem fonte de renda para muitos municípios brasileiros.
O trajeto para a realização de todos esses objetivos é a criação e/ou fortalecimento de um sistema de cultura municipal, onde leis próprias determinam e financiam a secretaria de cultura ou órgão equivalente; o conselho de política cultural; a conferência de cultura; o plano de cultura; e à própriacultura com existência obrigatória do fundo de cultura.

TRABALHO ESCRAVO

Infelizmente essa modalidade de trabalho ainda não foi erradicada no estado do Paraná e os municípios devem ter papel fundamental para prevenir que essa prática não aconteça, mais do que isso devem ser o principal agente fiscalizador com a finalidade de garantir a sua erradicação. Os governos do PT devem garantir que hajam ações educacionais desde as escolas, como campanhas que tenham o objetivo de esclarecer a população do que é o trabalho escravo e como se proteger, além disso devem possuir umplano municipal de erradicação do trabalho escravo.

PODER LEGISLATIVO

A Comissão Legislativa de Direitos Humanos na Câmara Municipal deve ser criada onde não houver, ela ocupa um papel imprescindível na garantia de direitos e nas denúncias de violações apresentadas pela população.

Compete à Comissão de Direitos Humanos, receber, avaliar e investigar denúncias de violações de direitos humanos; discutir e votar propostas relativas à sua área temática; fiscalizar e acompanhar a execução de programas governamentais do setor; colaborar com entidades não-governamentais; realizar pesquisas e estudos relativos à situação dos direitos humanos no seu município, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa; além de cuidar dos assuntos referentes às minorias étnicas e sociais, especialmente aos índios e às comunidades indígenas e quilombolas, a preservação e proteção das culturas populares e étnicas presentes em seu município.

MEIO AMBIENTE

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, o que é dito na Constituição Federal, artigo 225. Trata-se de um direito humano fundamental.

O meio ambiente é a nossa casa e meio de vida, é um bem de uso comum do povo essencial para a sadia qualidade de vida. Trata-se de um bem da coletividade voltado a proteger não só a vida humana, mas a vida em todas as
suas formas e não está à disponibilidade particular, seja de pessoas públicas ou privadas. As violações contra o meio ambiente atingem todo o gênero humano, trata-se de um típico direito humano de terceira dimensão.

MULHERES

A violência doméstica é a principal causa de morte e deficiência entre mulheres de 16 a 44 anos, mata mais mulheres do que câncer e acidentes de trânsito, além disso as mulheres brasileiras ainda recebem em média 70% dos salários que os homens desempenhando as mesmas funções e dedicam quase o dobro do tempo dos homens com obrigações domésticas.

Garantir que as mulheres alcancem patamar de igualdade depende de exigir respeito e proteção das mulheres quando atingidas pelas violências de gênero. Para isso as estruturas municipais de atendimento são essenciais, tais como delegacias especializadas, núcleos de atendimento especializado às mulheres vítimas de violência, conselho municipal dos direitos da mulher em funcionamento, desenvolvimento de campanhas no combate e prevenção da violência contra as mulheres, estabelecimento de casas de passagem e casas abrigo, implantar nas escolas estudos sobre o combate à violência contra a mulher, patrulhas especializadas no atendimento da violência contra a mulher, garantir programas de assistência integral à saúde da mulher nas unidades

básicas de saúde bem como parcerias entre Poder Público Municipal e outras entidades públicas e privadas no estímulo à geração de renda e proteção do mercado de trabalho da mulher.

LGBTQI+

Vivemos hoje, no Brasil, além da destruição das políticas públicas das comunidades lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer e intersexo (LGBTQI+), um incentivo a práticas e atos que incentiva a violência contra esse grupo social. A violência contra a população LGBTQI+ persiste, com o mercado de trabalho que ainda fecha as portas de acordo com a sexualidade ou identidade de gênero. Os Governos municipais devem propor politicas públicas que mitigam e combatam essaviolência contra a comunidade LGBTQI+.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Toda pessoa que está em situação de rua é um cidadão! Portanto, seus direitos e obrigações estão estabelecidos e protegidos na Constituição Federal de 1988. O artigo 5º da Lei Magna diz que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, não podendo ter violado o direito à vida,à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Pesquisas indicam que a maioria das pessoas que se encontra em situação de rua moravam na própria

cidade ou região de origem. Elas apresentam, em suas vidas, histórias de desemprego e/ou trabalhos instáveis e precários, como os da construção civil, ou atividades específicas de rua, como guardadoresde carro e catadores de materiais recicláveis. Com o passar do tempo, chegam a perder a própria condição de ser trabalhador. Os sentimentos de fracasso diante da vida roubam o espaço da esperança.

As gestões municipais devem elaborar políticas públicas que protejam e resgatem a dignidade dos cidadãos em situação de rua. O método para se alcançar esse objetivo é articular de forma intersetorial as políticas públicas de assistência social, adequando-as a essa população que precisa de tudo que

todo cidadão tem direito: saúde, educação, moradia, trabalho, cultura, segurança e acesso à justiça, entre outros.

A formulação, implementação e avaliação das políticas públicas para essa população precisa de um sistema de informações para o poder público monitorar e subsidiar mudanças. Ou seja, pesquisas censitárias e qualitativas são necessárias para a produção de dados.

O SUAS tem função articuladora e deve estabelecer relações entre as três esferas de governo, assim como o envolvimento de todos os atores e instituições que atuam na área, como o Ministério Público,

Defensoria Pública, ONGs, Universidades, conselhos de políticas, dentre outros. Apontamos algumas ações que avaliamos como imprescindíveis no trabalho junto à população de rua:

- Metodologia de trabalho que resgate a auto estima e a reorganização de projetos de vida de cada sujeito em situação de rua.
- Implementar programas e ações voltados a acolhida, ao convívio e a autonomia.
- Assegurar equidade de tratamento em relação às questões de gênero, etnia e cultura.
- Implementar ou aprimorar equipamentos para receber pessoas e casais em situação de rua.
- Atendimento à saúde.
- Resgate da cidadania através do trabalho digno e de fonte de renda.

- Ações para sensibilizar e re-educar a sociedade, através da utilização dos meios de comunicação de massa, com vistas à superação dos preconceitos, discriminação, etc.

CIGANOS

Os ciganos foram ao longo da história as vítimas de grande perseguição e são ainda hoje vítimas de preconceito e discriminação que se expressa em afirmações errôneas que vinculam sua etnia com a ideia de trapaça, perigo e roubo. Assim como os indígenas há centenas de povos ciganos e ser cigano

não significa seguir uma religião específica ou ter um estilo de vida determinado, cada comunidade cigana vive à sua maneira, ainda que compartilhem herança comum, trata-se de uma etnia. Ciganos trabalham, muitos no comércio, nas vendas de toalhas, cobertores, sapatos e etc, na arte com apresentações de música, circo, dança de rua e a arte divinatória e terapêutica como a "leitura de mão". Na perspectiva cigana o mais importante é estar em família, por isso dedicam-se ao trabalho uma parte do dia, priorizando compartilhar momentos com seu grupo familiar.

As comunidades ciganas nômades devem ser acolhidas pela municipalidade quando desejarem se assentar na localidade pelo período que ali permanecerem .ASecretaria Municipal de Assistência Social deve buscar soluções para soluções para os possíveis problemas encontrados pela comunidade cigana, auxiliando no acesso a terreno público para ocupação cigana, auxiliando no acesso à água, energia elétrica e outros serviços essenciais. Devem também ser acionados o Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual a fim de protegerem os interesses dessa minoria étnica.

Segundo a Portaria n. 940, de 28 de abril de 2011, do Ministério da Saúde, a população cigana nômade não é obrigada a comprovar domicílio para se cadastrar dos serviços de saúde. Segundo a Resolução n. 3 do CNE/CEB, as crianças ciganas em situação de itinerância também devem ter garantido o direito à matrícula em escola pública, gratuita, com qualidade social e que garanta a liberdade de consciência e de crença.

A tenda é a casa típica de alguns grupos ciganos e assim como qualquer outra casa é asilo inviolável das famílias que nela residem, ninguém podendo penetrá-la salvo em situações excepcionais constitucionalmente previstas.

CONSELHOS MUNICIPAIS (DIREITOS HUMANOS, MULHERES, RACIAL, PESSOA COMDEFICIÊNCIA)

A COMISSÃO MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS

Com estrutura colegiada, composta por representantes do poder público e da sociedade civil, com a finalidade de normatizar, deliberar e fiscalizar a Política Municipal de Direitos Humanos, seguindo as diretrizes nacionais e internacionais de promoção e defesa dos Direitos Humanos, visando a promoção da cidadania, o respeito aos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação contra grupos e populações com direitos violados. A Comissão Municipal de Direitos Humanos é composta por seguimentos governamentais e não governamentais.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Tem por finalidade possibilitar a participação popular, respeitando as demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração municipal, formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero.

O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA ÉTNICO RACIAL

É um Órgão Consultivo, Deliberativo e Fiscalizador, acerca dos temas voltados à garantia, promoção,proteção e defesa dos Direitos Humanos da Comunidade Afrodescendente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

É um órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações políticas voltadas à promoção, inclusão social e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, com participação governamental através de secretarias municipais, de entidades de atendimento e de representantes da comunidade de pessoas com deficiência.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS

O Centro de Referência em Direitos Humanos atua na construção de estratégias para enfrentamento e superação da violência, afirmação dos Direitos Humanos e denunciar as diversas forma de violação de direitos.

Destina-se às vítimas de preconceito, discriminação, intolerância, abusos e maus-tratos, negligência e abandono, especialmente às mulheres em situação de violência e às vítimas de violência estatal (do sistema de justiça e de segurança pública). Indiretamente, aos familiares, lideranças comunitárias e cidadãos em geral.

SERVIÇO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Considerando o crescente desenvolvimento das técnicas de venda e propaganda de produtos e serviços, é necessário que a Defensoria Pública tenha maior atuação na educação em direitos do consumidor, o que poderia ocorrer por meio de pesquisa das principais causas de problemas ao consumidor mais vulnerável, e posterior divulgação por meio de cartilhas distribuídas nas Defensorias Públicas.

Atuar na educação em direitos para o consumo consciente, visando evitar o super endividamento dapopulação mais vulnerável.

Estabelecer uma integração maior entre PROCONs municipais da região e a Defensoria Pública.

ACESSO A DOCUMENTAÇÃO

Os municípios precisam dispor de espaços e informações de fácil acesso a população que venha a necessitar de documentações que garantam sua cidadania e atenda suas necessidades civis.

No artigo 5º da Carta Magna que dá o direito a população de receber dos órgãos públicos informações de interesse individual e/ou coletivo, independentemente do pagamento de taxas:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Mulheres

As eleições de 2020 serão pautadas nacionalmente por uma profunda crise econômica, social, política e de saúde que impactam na vida das mulheres de diferentes formas. Em uma sociedade patriarcal marcada pela divisão sexual do trabalho, o isolamento social tem gerado maior tempo de trabalho doméstico que recai, em geral, sobre as mulheres. Além disso, o trabalho em home office somado as vídeo-aulas para os filhos, tem gerado uma sobrecarga física e mental nas mulheres.

A sobrecarga de trabalho doméstico, o aumento das funções de cuidado e o acompanhamento dos filhos em suas atividades de vídeo-aula durante este tempo de pandemia, tem atrapalhado o desempenho de mulheres que conseguiram adotar modalidades remotas de trabalho. Por esse motivo, a conjuntura resultante da

pandemia provavelmente penalizará de forma desproporcional astrabalhadoras, que em tempos de crise são as primeiras a perder o emprego.
No Brasil, mulheres são mais sujeitas à informalidade do que homens. Mais de 90% dos trabalhadores domésticos, mais vulneráveis economicamente na crise, são mulheres, e mais de 70% são negros, indicando maior precariedade do emprego da mulher negra. A restrição do funcionamento do comercio não essencial, atitude correta para a preservação da vida, gerou perda da renda de grande parte das mulheres.
Os casos de_ violência doméstica_ no Paraná_ aumentaram 8,5% no 1º trimestre de 2020, na comparação com o mesmo período de 2019, de acordo com a Secretaria da Segurança Pública
(Sesp). Chama a atenção que_ no período de isolamento social_ houve uma redução_ dos casos de violência doméstica em todo o estado. Isso devido à dificuldade de a mulher vítima de violência realizar a denúncia estando no mesmo local do seu agressor, aumentando a subnotificação e o risco
de feminicídio.
Somente conseguiremos lutar efetivamente por igualdade, neste cenário de crises, se olharmos o conjunto das contradições que estruturam as desigualdades. Neste sentido a igualdade entre gêneros passa necessariamente pela construção de outro modelo econômico, baseado nos princípios da solidariedade, da reciprocidade e da redistribuição.
Precisamos constituir e consolidar uma rede integrada de atenção nas áreas da saúde, segurança, assistência social, trabalho e empreendedorismo, de forma a garantir uma saída vitoriosa pós COVID-19.
Com o entendimento de que o machismo tem aumentado sua expressão durante a crise do CoronaVírus, a Secretaria de Mulheres do Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Paraná elaborou este documento dividido em duas partes.
Pontos fundamentais da linha política do Partido sobre a pauta das mulheres.

DEFESA DO FEMINISMO

O partido dos Trabalhadores tem integrado em seu programa a defesa de que sem feminismo não há socialismo. O feminismo é o princípio que busca a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. Mulheres não são inferiores, mais frágeis ou mais sensíveis que os homens. Defendemos
que cada uma e cada um podem ser e fazer o que quiser. Entendemos que a divisão sexual do trabalho deve ser combatida para a superação da opressão de gênero. Entendemos que o capitalismo usa do patriarcado para explorar ainda mais as mulheres e isso se intensifica se for negra, portanto o debate do
feminismo, da luta de classe e também da luta antirracista estão relacionados e devem ser feito de maneira interseccional.

2) DEFESA DA LUTA ANTIRRACISTA

Nosso país carrega na sua história a cicatriz profunda deixada pelo crime contra a humanidade expresso através da escravização de negros e negras por aproximadamente 350 anos. A longa experiência escravagista da nossa sociedade e a forma como a abolição da escravatura ocorreu, criou um abismo social que sustentou a manutenção do racismo e a marginalização do povo preto. A posição subalternizada, de classe, que a raça atribui aos negros e negras demonstra a dinâmica na relação entre raça e classe na sociedade capitalista. Não ser racista é uma decisão moral, ser antirracista é uma

decisão política que visa superar esse sistema opressor que violenta ainda mais a vida das mulheres negras.

3) DIREITO DE VIVER SEM VIOLÊNCIA

Somos radicalmente contra qualquer forma de violência de gênero. Os militantes do PT devem se posicionar em defesa da vida e pela autonomia das mulheres sobre seus corpos. Repudiamos a violência sexista expressa em agressão física, abuso sexual, relacionamento abusivo, violência psicológica e / ou patrimonial. As mulheres devem ser respeitadas.

4) DIREITO DAS MULHERES SOBRE SEU PRÓPRIO CORPO

Defendemos a autonomia da mulher sobre seus direitos sexuais e reprodutivos. As mulheres têm direito de viver sua sexualidade plena sem julgamento moral alheios, buscando a felicidade e não o padrão conservador imposto pela sociedade patriarcal. Defendemos também que cada mulher deve planejar quando e se querem realizar a maternidade, com a manutenção de sua saúde reprodutiva,garantida pelo SUS, respeitando sua escolha.

5) DEFESA DE SALÁRIOS IGUAIS ENTRE HOMENS E MULHERES NA MESMA FUNÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro ainda é injusto e abusivo com as mulheres tanto em relação às vagas disponíveis, quanto aos salários pagos pelos empregadores. De acordo com o estudo "País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras", produzido pela Oxfam Brasil, em 2018 com dados de 2017, as mulheres receberem 70% dos rendimentos dos homens.

6) POLÍTICAS AFIRMATIVAS

O Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras tem consciência da dívida histórica que o país tem com a população negra. Com o PT conquistamos o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Estatuto da Igualdade Racial, Cotas Raciais nas_Universidades_Públicas e no serviço público federal, a Lei nº 10.639/03 e Lei 11.645/08, que altera a grade curricular para inserir nas escolas públicas e privadas o ensino da História e cultura afro-brasileira e indígena. A promoção da igualdade através da luta antirracista é dever de cada militante na busca por democracia e justiça social.

7) SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

Para garantir a vida digna é necessário assegurar serviços públicos de qualidade. Devemos defender a implementação real do Sistema Único de Saúde como pensado na Reforma Sanitária, o ensino público com formação cidadã, Segurança pública humanitária e não patrimonial, habitação digna e transporte público de qualidade com amplo debate sobre a tarifa.

8) DEBATE DE GÊNERO NAS ESCOLAS

A escola, em seus livros didáticos, ainda reproduz os estereótipos de gênero. Essa manutenção de papel social a ser desempenhados por meninos e meninas, de acordo com o sexo biológico, violenta a diversidade e favorece a discriminação e violência.

As crianças devem crescer com o entendimento que são livres para ser feliz, sem preconceitos, e que devem respeitar e lutar para que todos e todas possam ter a mesma liberdade. Precisamos debater já na infância, com a finalidade de conscientizar e

prevenir, o repúdio a atos de violência sexista. Viver as diferenças dentro da escola ensina respeito ao próximo, valorização e legitimação de pessoas que não querem mais viver escondendo quem são. Para isso todas e todos precisam ser reconhecidas e acolhidas como cidadãos/ãs.

9) RESPEITO AS DIFERENÇAS: DEFESA DA DIVERSIDADE DE IDENTIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Desde as eleições de 2018, uma nova era fascista tomou o poder no País. O ódio às minorias saiu das sombras e deseja que a população LGTBTQI+ e deixe de ter direitos e voltem a viver como cidadãs e cidadãos sem papel social. É de extrema importância que nos mantenhamos em luta e que façamos a defesa das minorias. O Brasil é um país diverso e um dos que mais desrespeita a diversidade da sua população, sendo o pior país da América Latina para uma mulher visitar sozinha e o terceiro menos seguro para pessoas homoafetivas. É dever de nossa militância e de nossos parlamentares a luta em defesa da dignidade das pessoas, independente de gênero e orientação sexual.

10) DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Os direitos sexuais e reprodutivos são reconhecidos como valores democráticos e estão nas agendas políticas nacionais e internacionais. Os direitos sexuais dizem respeito à igualdade e à liberdade no exercício da sexualidade e; os reprodutivos, à igualdade e à liberdade na esfera da vida, reprodutiva, portanto significa tratar sexualidade e reprodução como dimensões da cidadania e consequentemente da vida democrática. Temos que defender a autonomia das mulheres sobre seus corpos e a decisão delas de como, quando e se querem a reprodução, com assistência garantida pelo SUS.

PARTE 2 – PROPOSTAS DAS MULHERES DO PT :

1) Criação da Secretarias Municipais de Políticas para as Mulheres, com o papel de elaborar, coordenar e articular políticas públicas para as mulheres no conjunto do governo, garantindo orçamento para seu funcionamento e a transversalidade do tema em toda a administração pública.

2) Elaborar e implantar programa municipal de enfrentamento e prevenção à violência contra a mulher, seguindo as ações previstas no artigo 35 da Lei Maria da Penha, com multiplicação, ampliação e reequipamento dos Centros de Cidadania da Mulher, Casas de Passagem e Casas Abrigo (nos municípios que existem e se não existirem, buscar recursos e parcerias para sua implementação) e, sobretudo, de grupos de reflexão/responsabilização de homens agressores, o que permitiria uma mudança cultural absolutamente relevante para o combate da violência de gênero;

3) Implantar a Patrulha Maria da Penha nos municípios, disponibilizando serviço de proteção e acompanhamento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar através de ação integrada das polícias Civil e Militar, Instituto Médico Legal, Tribunal de Justiça, Juizado de Violência Doméstica e a
Guardas Municipais;

4) Implantar nos municípios, em parceria com o Governo do Estado, a Casa da Mulher Paranaense, com referência no Programa Nacional Casa da Mulher Brasileira, serviços integrados de atendimento às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade;

5) Ofertar serviços articulados ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estabelecendo uma rede de trabalho entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, com os movimentos de mulheres e com os diferentes grupos e segmentos sociais comprometidos com a lutapelo fim da violência contra as mulheres;

6) Assegurar a paridade no preenchimento de cargos em comissão na administração pública municipal;
7) Propor diretrizes para a implementação da Política Municipal de Saúde das Mulheres;
8) Promover a autonomia econômica para as mulheres, avançando na direção da igualdade deoportunidades no mundo do trabalho, e promoção do reconhecimento do valor social do trabalho doméstico;
9) Criar o selo "Empresa Amiga da Mulher" para empresas que garantam salários iguais entre homens e mulheres na mesma função, com no mínimo paridade nos cargos de chefia;
10) Organizar Campanhas Educativas visando alterar o quadro de divisão sexual de trabalho, diminuindo as desigualdades de gênero, raça e classe que estão relacionadas ao trabalho doméstico bem como a todo e qualquer tipo de violência contra a mulher;
11) Construção, em parceria com os Estado, de unidade médico-hospitalar para assistência à saúde da mulher e do recém-nascido, contando com serviços de emergência, consultas, exames, internações, cirurgias, partos e programas de orientação sobre direitos sexuais e reprodutivos, prevenção nas áreas de ginecologia, obstetrícia e oncologia, considerando a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra para atendimento de mulheres negras;
12) Mães Estudantes: Instituir ações que possibilitem o acompanhamento e atendimento aos filhos das estudantes no período de aula das mães, principalmente mães adolescentes e jovens;
13) Organizar campanhas de planejamento familiar de forma transversalizada com as secretarias, para tratar que questões como direitos sexuais e reprodutivos, gravidez na adolescência, prevenção à mortalidade materna, gravidez humanizada, entre outros, garantindo a capacitação dos profissionais
das Unidades de Saúde com base na realidade de cada localidade do município;
14) Promover o fortalecimento e a autonomia política e econômica das mulheres na participação nos espaços públicos no nível federal, territorial e local; na produção e comercialização de alimentos saudáveis e agroecológicos e na conservação e defesa do patrimônio genético, da agrobiodiversidade e dos bens comuns;
15) uma política municipal de fomento a empreendimentos de Economia Solidária, possibilitando a comercialização prioritariamente para as mulheres;
16) Criar legislação municipal de fomento a pequenas empresas criadas por muheres, garantindo cota para esta nos pregões municipais;
17) Criar um fundo público com recursos não reembolsáveis como fomento às atividades das mulheres no desenvolvimento de projetos de conservação e preservação do meio ambiente através de práticas agroecológicas, propiciando a diversificação de culturas de agricultura familiar, com foco na agroecologia;
18) Criar legislação específica de inspeção sanitária para a produção familiar e artesanal, fundamentada em conhecimentos, práticas e modos de vida das famílias agricultoras, contemplando a diversidade cultural que caracteriza a produção de tais alimentos;
19) Criar o banco municipal de sementes "crioulas" com profissionais capacitados a partir de associações e grupos pré-existentes para distribuição gratuita às agricultoras e suas famílias, com objetivo de preservação da biodiversidade;
20) Promover campanhas institucionais de desestímulo de uso de agrotóxicos mostrando a relação direta do uso destes e o aumento dos casos de câncer;

21) Criar um selo municipal para experiências agroecológicas para mulheres empreendedoras da agricultura familiar;
22) Garantir e implementar um política de participação social e política de Mulheres jovens, se possível, estabelecendo cotas em todas as Conferências, Fóruns e Conselhos Municipais;
23) Criar um programa municipal voltado a crianças, adolescentes e jovens em situação de exploração sexual que propicie acompanhamento psicológico, assistência à saúde, escolarização e capacitação profissional;
24) Desenvolver programas e atividades de cultura, esporte e lazer direcionados às mulheres

O Brasil é um dos países mais desiguais do globo. Outra característica importante pra entender essa desigualdade, é observar que ela tem cor e gênero. Esta desigualdade é construída historicamente, por orientações, políticas, econômicas, sociais e culturais. Fomos o último país das Américas, a abolir aescravidão. Sem nenhuma política de inserção, ou reparação social. A violência cometida durante trezentos anos de escravização do povo africano e seus descendentes. O que aconteceu por aqui foi uma tentativa de embranquecimento, forçado por Lei, consumado pela força e violência(em todos os sentidos). Nossas mulheres violentadas, nossa religiosidade demonizada, nossa beleza animalizada, e nossa juventude marginalizada.

O Estado do Paraná tem hoje uma população de 28,5 % de paranaenses que se auto declaram pretos e pardos. Mas sabemos que esses números são maiores, basta olharmos as ruas. O que ocorre, é que nessa estrutura onde se buscou o embranquecimento e liquidação da cultura africana, tivemos como
efeito colateral para além do silenciamento de nossa história e cultura, uma confusão indenitária, que não permite ao nosso povo autoconhecimento de sua origem.

O Partido dos Trabalhadores, busca sempre em suas políticas internas e externas, a extinção de qualquer descriminação e racismo, sejam estes por Raça, Gênero e Classe. Entendemos que as políticas públicas, devem sanar as desigualdades sociais. Que em nosso país tem cor e gênero. Nesse período de eleições municipais, encontramos um espaço de fomentação, desenvolvimento e aplicação de políticas públicas que atendam e supram as necessidades do nosso povo negro, que nesse país e estado estão em sua maioria nas periferias. Desenvolvemos então alguns parâmetros acerca dos principais pilares de um planos de governo que tenha este recorte proposto.

• **Segurança Pública** - convidamos nossos candidatos, a desenvolverem projetos que Realizem assembleias para deliberarem sobre a segurança publicas em seus municípios e criem Comitês Municipal de Enfrentamento ao Extermínio e Encarceramento da Juventude negra , e também para atender os crimes racismo, contra a pessoas negras, idosas, violência de gênero, de homofobia, lesbofobia, transfobia, e religião; Criação de um programa , de caráter obrigatório , de formação em direitos humanos dirigidos as guardas municipais e oferecido as policiais civil e militar, aos funcionários públicos municipais.

•**Educação -** programas de formação continuada para professores e funcionários de escolas que efetivem a aplicação da lei 10639/2003, criada pelo governo do então Presidente Lula, que busca a equiparação histórica, valorização e reconhecimento da importância do povo negro na construção
deste país.

•**Saúde -** programas de fortalecimento do atendimento familiar, psicológico, e de especialidades, dos postos de saúde, UPA's presentes nas periferias.
•**Assistência Social** - Desenvolvimento de políticas que fortaleçam os CRAS, e facilitem acesso aos programas federais desenvolvidos por nosso governos, como Bolsa Família e Cadastro Único.
•**Habitação** - desenvolvimentos de programas que buscam sanar o déficit habitacional que atinge a população negra paranaense. Ampliar e acelerar o processo de regularização fundiária das ocupações irregulares de área de risco. Mediante de políticas de urbanização e legalização das áreas ocupadas. Levantamento dos vazios urbanos e da disponibilidade de terras.
•**Mobilidade urbana** - migrar os programas de mobilidade urbana já presentes no centro para as periferias e bairros. Ou seja, que toda a cidade tenha acesso as facilidades encontradas nos centros, sejam elas das grandes ou pequenas cidades. Como pavimentação adequada, saneamento básico, acesso transporte publico seguro.
O momento em que nos encontramos, do desfio da Pandemia Mundial Covid- 19. Compreendermos que entre o número de vítimas, são maioria as pessoas de menor renda, por sua vez o povo negro. É importante que toda política pública construída pelos nosso mandato levem esta Interseccionalidade, como cervical de suas discussões. Nós do Setorial Estadual de Combate ao
Racismo do Partido dos Trabalhadores, estamos à disposição de todas e todos os Companheiros na elaboração de seus respectivos planos de governo. _"_Numa sociedade racista,_não basta não ser
racista é preciso ser_antirracista" Ângela Davis.

combate ao raciscmo

O Brasil é um país com as maiores diversidade culturais do mundo. Nosso país é o berço de muitas culturas, que hoje transitam pelo mundo. O Partido dos Trabalhadores é um desses berços desde sua formação entende a importância de fortalecimento de todas as culturas no cenário nacional. Entende a cultura tanto quanto polar da sociedade quanto campo de transformação desta mesma sociedade para melhor. Nosso governos são marcos de desenvolvimento de políticas públicas que fortaleceram e entenderam que para que houvesse uma nova sociedade era preciso que se tratasse a Cultura como parte do projeto geral de transformação,
Daí que a política cultural deste ministério, a política cultural do governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso país. Como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática,plural e tolerante. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos. (Ministro Gilberto Gil, discurso de posse em 2 de janeiro de 2003)
Em um trecho o discurso do então Ministro da Cultura deixa evidente, que naquele momento seria este o papel e a importância da Cultura na política em nosso país. O principal programa desenvolvido pelos nosso governos foi "Sistema Nacional de Cultura" que é um programa que da condições para
o desenvolvimento de políticas públicas dentro dos planos de governo para o desenvolvimento deste nicho social.
No que diz respeito ao que será implementado nos Planos de Governo do Estado do Paraná, entendemos que é fundamental o desenvolvimento desta pasta de maneira independente da Educação, como ainda encontramos nos municípios do Paraná.

Defendemos também o investimento de no mínimo 1% da receita do município Na Secretaria de Cultura.
Nós do Partidos dos Trabalhadores, lutamos sempre pela autonomia dos nosso povo, pela libertação dos trabalhadores das garras da elite. E também por essa luta histórica é que indicamos que dentro desses planos haja espaços específicos para:
•Fortalecimento de trabalhos culturais desenvolvidos por mulheres; •Desenvolvimento e financiamento de programas culturais desenvolvidos pela população negra e quilombola;
•Desenvolvimento e fortalecimento de programas culturais desenvolvidos pela população indígena.
Fortalecimento e apoio aos programas culturais desenvolvidos pelos Movimentos LGBTQI+;
•Apoio a grupos religiosos que desenvolvem trabalhos culturais o município.
•Fortalecimento de Grupo de Crianças e jovens, que desenvolvem programas de cultura na cidade.
A presente proposta tem como principal tarefa nortear o nosso mandato. Entendemos bem a dificuldade e os desafios da implementação de um programas de cultura forte e autônomo, nós entendemos também que o papel do nosso Partido é de Resistência e Luta pelos que mais precisam. E para que possamos alcançar as mudanças sociais que queremos, em nosso município, é preciso entender a importância da Cultura neste processo.

LGBTQIA+

Todas e todos sabemos que as relações sociais, bem como os grupos que compõem nossa sociedade, estão sempre em processo de transformação.
A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo – LGBTI+ vivem um processo de exclusão social e enfrentam muitos obstáculos no acesso a políticas públicas.
Ao se pensar a população LGBTI+ em intersecção com outros marcadores da diferença, como raça, etnia, classe social, geracional, deficiência ou religiosidade, as exclusões se potencializam e o acesso às políticas públicas se torna ainda mais difícil.
A discriminação vivida por esta população acaba por causar um desequilíbrio que contribui para aprofundar sua marginalização, expondo-a a diversos tipos de violências.
Com a criação do Programa Brasil sem Homofobia em 2004, pelo presidente Lula, o movimento LGBTI brasileiro estabeleceu pela primeira vez um diálogo com diversos ministérios do Governo Federal. Essa interlocução possibilitou a realização da I Conferência Nacional LGBTI e a realização das conferências
subsequentes. Foi essa conjuntura de diálogo entre o movimento LGBTI e o governo do Partido das/os Trabalhadoras/es que permitiu o maior avanço para as pautas LGBTI.
Como exemplo podemos citar: a criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBTI no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; a ampliação do Disque 100 para receber denúncias de LGBTIfobia; a criação dos Pontos de Cultura LGBTI no âmbito do
Ministério da Cultura; e a criação do Conselho Nacional de Combate a Discriminação LGBT.
Todos esses avanços refletem o histórico reconhecimento dos direitos da população LGBTI pelo Partido das/os Trabalhadoras/es.

Neste sentido precisamos retomar estas políticas e com isso fazer com que o crescente conservadorismo, conivente com a escalada dos discursos de ódio desde o golpe de 2016, seja refreado, ou seja um compromisso assumido com esta população, ainda mais que somos detentores do recorde de mortes de LGBTI+ no mundo. Propostas sobre saúde, emprego, educação, segurança e à cidadania LGBTI+ devem ser o cerne de qualquer plano de governo, de forma transversal.

O pilar te todas essas ações deve basear-se no tripé da cidadania LGBTI, ou seja a criação de um plano de política pública LGBT, um órgão para gestão da política LGBT e um conselho para o monitoramento das ações dessa política, o que possibilita o controle social do que está se pensando e o que se coloca em prática.

O país passa por uma profunda crise política, econômica e social, momento em que Governo e congresso nacional aproveitam para aprovar projetos como as Reformas Trabalhista e Previdenciária e a Emenda Constitucional 95 que congelou os investimentos em saúde e educação pelo prazo de 20 anos. Além disso, 2020 nos traz mais um elemento conjuntural de maior acirramento nas relações sociais e desigualdades já em percurso em consequência da pandemia da Covid-19. Ataques à democracia, a soberania nacional e até mesmo a vida do povo brasileiro são carros chefe de nossa sociedade. A Juventude sente com mais impacto o grande índice de desemprego e de desmonte de Políticas Públicas conquistadas pela luta ao longo dos anos.

Presenciamos o surgimento de uma geração de jovens que entra muito mais cedo no mercado de trabalho, corre o risco de trabalhar a vida toda e nunca ter a carteira de trabalho assinada ou gozar de direitos trabalhistas, uma geração que vê se distanciar o sonho da Universidade, tem pouco ou nenhum acesso a cultura, lazer, esporte e entretenimento. Alguns entregues a própria sorte, acabam sendo as maiores vítimas da violência e presas fáceis para o mundo do crime.

Não podemos deixar de compreender a Juventude enquanto estratégica para a saída da crise. A Juventude produz ciência, movimenta a economia e organiza a vida em sociedade, a juventude pode representar uma imensa potencialidade, mas assim como os pobres que só entraram no orçamento do

Governo Federal nos nossos Governos, a juventude só poderá ter explorada a sua potencialidade se for sujeita de direitos, objeto de políticas públicas específicas e estiver no orçamento. Esta é mais uma das tarefas dos Governantes petistas.

Torna-se evidente a necessidade da Juventude também na ocupação dos espaços de poder e decisão, liderando e renovando a política, em consonância com um projeto verdadeiramente de esquerda e que abra caminhos para a real emancipação da nossa juventude e de nossas cidades que são construídas pelas mãos pobres, trabalhadoras e diversas. Além disso, é compromisso de todo governo petista a defesa de nossos legados, que tinham dentre eles, o olhar e ação para com esta juventude na sua amplitude de necessidades e transversalidade nas políticas públicas.

Sendo assim, dividimos o que entendemos como mais urgente na política pública de juventude nos 10 eixos a seguir:

1. Participação e Democracia

• Todos os municípios, com a ajuda dos prefeitos e vereadores petistas devem criar e/ou fortalecer os

Conselhos Municipais de Juventude;

• O Município governado pelo PT, ou que ao menos o PT componha o Governo devem criar e organizar seu órgão de implementação e monitoramento de Políticas Públicas de juventude, as Assessorias, Coordenadorias, ou Secretarias Municipais de Juventude;
• O Prefeito e Vereadores do PT devem se comprometer com a construção do Plano Municipal de Juventude, com previsão de fundos/recursos para o financiamento das políticas e programas dejuventude; e
• No âmbito da Câmara Municipal, se comprometem com a criação de Frente Parlamentares de Juventude.

2. Trabalho decente e renda

• Criar e ampliar programas públicos de inserção no mercado formal de trabalho, que envolvam desde capacitação dos jovens até programas de incentivo a contratação formal de jovens;
• Viabilizar e incentivar as iniciativas de cooperativismo, micro empreendedorismo responsável e de economia popular e solidária na cidade e no campo entre os jovens; e
• Criar e fortalecer espaços e plataformas de trabalho colaborativas e populares para as juventudes.

3. Educação

• Criar e ampliar os projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA);
• Criar e ampliar programas de apoio e fomento aos Cursinhos pré-vestibular populares; e
• Fomentar currículos e atividades multidisciplinares nos espaços escolares, com o incentivo às práticas e conhecimentos artísticos, socioemocionais e ambientais.

4. Promoção de saúde e vida

• Fortalecer a política de redução de danos para usuárias/os de drogas;
• Ampliar políticas de enfrentamento da mortalidade materna juvenil;
• Criar ou fortalecer os Programas de acompanhamento às gestantes jovens;
• Criar e ampliar a estratégia de prevenção combinada para o enfrentamento da AIDS e demais ISTs, considerando a crescente “juvenização” destas doenças;
• Expansão da Estratégia de Saúde da Família e do Programa Saúde na Escola, com atenção especial a informações sobre gravidez na adolescência, planejamento familiar e construção autônoma dos projetos de vida das juventudes;
• Oferecer conscientização e atendimento aos jovens e adolescentes com relação a saúde mental; e
• Garantir o direito à saúde de forma qualitativa a juventude LGBTQIA+, em especial às travestis e às/aos transexuais.

5. Direitos Humanos e Segurança pública cidadã

• Fortalecer os Conselhos Tutelares e cumprir efetivamente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude;
• Construir políticas de enfrentamento à homofobia, lesbofobia e transfobia e fortalecer políticas e programas de atenção às jovens mulheres em situação de violência e vulnerabilidade; e
• Enfrentar o genocídio da juventude negra e elaborar o Plano Municipal de Redução dos Homicídios dessa população, com propostas de diminuição radical da letalidade da polícia, promoção de segurança preventiva, formação qualificada e continuada dos agentes policiais e a implementação de políticas de controle social da ação policial como ouvidorias e corregedorias independentes.

6. Cultura

• Lançar editais desburocratizados de apoio à produção e fruição cultural local, priorizando as periferias urbanas e rurais;
• Descentralizar o calendário cultural dos equipamentos públicos do município;
• Criar Centros Municipais de Juventude para o encontro, convivência, formação e qualificação cultural e digital para toda as juventudes;
• Criar incentivos a produção e fruição cultural da juventude local, como vale cultura, cartão cultural, meia entrada ou livre acesso a estudantes e jovens de baixa renda a eventos culturais do município; e
• Implementar e/ou ampliar a rede de inclusão digital a partir da instalação de rede wi-fi livre em espaços públicos do município, com atenção especial às periferias urbanas e rurais.

7. Esporte

• Disponibilizar equipamentos públicos adequados e criar programas para a prática esportiva profissionalizante para a juventude, como escolas de futebol, vôlei, atletismo e outros a fim da descoberta e valorização dos jovens talentos; e
• Criar equipamentos públicos descentralizados para a prática de esportes não profissionais para a
juventude, como a construção de quadras de futebol, pistas de skate, ciclovias, pistas de atletismo e outros nos bairros e vilas de acordo com a demanda local.

8. Mobilidade humana

• Implementar políticas de mobilidade que garantam melhoria das diversas modalidades de transporte, com a gratuidade para estudantes e jovens de baixa renda no sistema de transporte público municipal;
• Construir e qualificar ciclovias interligadas a outros modais, voltadas ao lazer e ao transporte cotidiano das trabalhadoras e dos trabalhadores;
juventude
• Garantir transporte público adequado no período noturno e aos finais de semana sobretudo nas periferias urbanas e rurais e aos jovens estudantes dentro do município ou mesmo aqueles que fazem deslocamentos intermunicipais para acesso a Universidade; e
• Criar e implementar um fundo de mobilidade para todas/os jovens, com vistas a subsidiar a tarifa zero.

9. Soberania e segurança alimentar

• Promover oficinas de hortas nas escolas e outros equipamentos públicos, associadas à formação em temas de nutrição, promoção da saúde e direito à alimentação adequada; e
• Fomentar práticas agroecológicas a partir da organização de jovens da cidade e do campo com a implementação de hortas comunitárias, quintais produtivos e jardins comestíveis nas escolas, nos terrenos sem uso, nas praças e outros espaços públicos.

10. Juventude no campo

• Elaborar e implementar o Plano Municipal de Juventude e Sucessão Rural, com base no Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural;
• Elaborar políticas municipais de permanência dos jovens no campo, incentivos a produção rural familiar e justa distribuição das terras da reforma agrária para jovens filhos de agricultores;
• Incentivar e facilitar o acesso de jovens do campo em cursos técnicos e universitários voltados a vida no campo; e

• Criação de políticas públicas municipais de acesso ao digno Trabalho no campo para a juventude e de garantia de todas as demais políticas públicas a fim de evitar a evasão indesejada do jovem do campo para a cidade. R.D.P.